

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais  
Pesquisa de Informações Básicas Municipais



Inclusão Produtiva  
2014

Ministério do  
Desenvolvimento Social  
e Combate à Fome

**IBGE**  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ministério do  
Planejamento, Orçamento  
e Gestão

Presidenta da República  
**Dilma Rousseff**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Nelson Barbosa**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidenta  
**Wasmália Bivar**

Diretor-Executivo  
**Fernando J. Abrantes**

### ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas  
**Roberto Luís Olinto Ramos**

Diretoria de Geociências  
**Wadih João Scandar Neto**

Diretoria de Informática  
**Paulo César Moraes Simões**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Maysa Sacramento de Magalhães**

### UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais  
**Barbara Cobo Soares**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Diretoria de Pesquisas  
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais  
Pesquisa de Informações Básicas Municipais

# **Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros**

Inclusão produtiva  
2014

Rio de Janeiro  
2015

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4353-6 (meio impresso)

© IBGE. 2015

**Elaboração do arquivo PDF**

Roberto Cavararo

**Produção de multimídia**

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

**Capa**

Marcelo Thadeu Rodrigues - Gerência de Editoração/  
Centro de Documentação e Disseminação de  
Informações - CDDI

---

Perfil dos estados e dos municípios brasileiros : inclusão produtiva :  
2014 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio  
de Janeiro : IBGE, 2015.  
70p.

Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais ;  
Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Acompanha um CD-ROM, em bolso.

Inclui bibliografia e glossário.

ISBN 978-85-240-4353-6

1. Brasil – Estados – Estatística. 2. Brasil – Estados – Indicadores. 3.  
Brasil - Municípios - Estatística. 4. Brasil - Municípios - Indicadores. 5.  
Inclusão produtiva. 6. Política de mão-de-obra. 7. Mercado de trabalho.  
8. Programas de sustentação de renda. 9. Assistência social. 10. Política  
social. 11. Política pública. 12. Administração pública. 13. Administração  
municipal. 14. Administração estadual. 15. Indicadores sociais. I. IBGE.  
Coordenação de População e Indicadores Sociais. II. Pesquisa de  
informações básicas estaduais. III. Pesquisa de informações básicas  
municipais.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais  
RJ/2015-13

CDU 31(81-0-4)  
EST

---

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

---

# Sumário

## Apresentação

## Introdução

## Notas técnicas

## Inclusão produtiva

Ações de inclusão produtiva rural

Ações de inclusão produtiva urbana

Ações de crédito, microcrédito e seguro e projetos de geração de trabalho e renda

## Referências

## Glossário

### Convenções

|                 |   |
|-----------------|---|
| -               | Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;  |
| ..              | Não se aplica dado numérico;  |
| ...             | Dado numérico não disponível;   |
| x               | Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;                               |
| 0; 0,0; 0,00    | Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e |
| -0; -0,0; -0,00 | Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.   |

---

## Apresentação

O volume ora apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, vem tornar públicos os resultados da primeira edição do Suplemento de Inclusão Produtiva da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC 2014 e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2014.

O Suplemento de Inclusão Produtiva das citadas pesquisas obteve informações sobre a gestão e desenvolvimento da política a partir da coleta de dados de temas, como elaboração do diagnóstico socioeconômico, órgão gestor responsável pelas ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para a geração de trabalho e renda, ações de inclusão produtiva rural, ações de qualificação profissional de mão de obra, ações em empreendimentos urbanos, ações para promoção de crédito, microcrédito e seguro e projetos de geração de trabalho e renda.

Trata-se de um conjunto amplo de dados para suprir as demandas por informações de ações de inclusão produtiva tanto no meio rural quanto no urbano, temática que tem adquirido espaço na agenda pública na última década.

Assim o mapeamento das ações de inclusão produtiva representa o acesso a informações essenciais para a produção do conhecimento sobre o tema, possibilitando a orientação das diversas políticas públicas pelos vários órgãos do governo federal.

Importante registrar que o Suplemento de Inclusão Produtiva tem como origem um convênio firmado entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Essa parceria vem atestar o desempenho da MUNIC e ESTADIC como ferramentas apropriadas para o conhecimento, monitoramento e a avaliação das políticas locais e regionais e reforçar o objetivo de construção de uma base de informações estaduais e municipais de qualidade.

A partir deste ano optou-se pela divulgação em conjunto de ambas as pesquisas, cuja grande parte dos temas investigados é comum, e, assim, analisar as políticas implementadas sob uma perspectiva federativa.

Este volume apresenta em sua análise de resultados um quadro geral da inclusão produtiva nas Unidades da Federação e nos municípios sob a responsabilidade direta dos governos estaduais e prefeituras e/ou que contou com sua participação. Além disso, traz **Notas técnicas** com aspectos metodológicos relacionados à pesquisa e possui capítulos analíticos sobre o quadro estadual e municipal, contendo tabelas, gráficos e cartogramas.

***Roberto Luis Olinto Ramos***

Diretor de Pesquisas

---

## Introdução

**E**ste volume da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC traz os resultados do levantamento realizado, em 2014, pelo Suplemento de Inclusão Produtiva realizado nas 27 Unidades da Federação, bem como nos 5 570 municípios do País.

Há algum tempo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem se utilizado destas pesquisas para qualificar a oferta de serviços no âmbito da Assistência Social. O objetivo do Suplemento de Inclusão Produtiva foi o de suprir as demandas por informações de ações de inclusão produtiva tanto no meio rural quanto no urbano, dada sua responsabilidade pela articulação e implementação das políticas da temática de assistência social, onde a inclusão produtiva tem adquirido espaço na agenda pública na última década. As três esferas de governo – União, Estados e Municípios – desenvolvem ampla e variada gama de políticas para a promoção da inserção qualificada no mundo do trabalho dos segmentos mais vulneráveis da população. Essas iniciativas alargam a intervenção social dos entes federativos e complementam as políticas de proteção social, como a assistência social, e as políticas de garantia de renda de cidadania e têm contribuído para potencializar o efeito dessas políticas no enfrentamento da pobreza.

Este volume impresso, que contém ainda um CD-ROM com as bases de dados completas de ambas as pesquisas e tabelas de resultados do Suplemento aplicado, é composto por notas técnicas com considerações metodológicas sobre as pesquisas e textos que abordam os diferentes aspectos das gestões estaduais e municipais investigados.

Por fim, deve-se destacar que a ESTADIC e a MUNIC são resultados da participação e do compromisso das representações do IBGE em cada Unidade da Federação, distribuídas pelas mais de 500 agências da Instituição e responsáveis pela coleta e apuração das informações em todos os municípios do País.

---

## Notas técnicas

A Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC, em sua terceira edição, tem 2014 como ano de referência e obteve informações relativas a todas as Unidades da Federação.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC se estende à totalidade dos municípios<sup>1</sup> do País desde a primeira edição, em 1999, e da mesma forma nos seguintes anos: 2001, 2002, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013. Nesta 12ª edição da MUNIC, que tem 2014 como ano de referência, obteve informações relativas a todos os 5 570 municípios brasileiros.

Nesta ocasião, os Questionários Básicos de ambas as pesquisas, que tinham em seu escopo o Bloco de Vigilância Sanitária, resultado de convênio firmado entre o IBGE e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o Bloco de Direitos Humanos, do convênio com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e foi acompanhado do Suplemento de Inclusão Produtiva, produto de convênio firmado entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que levantou junto as Unidades da Federação e os municípios informações sobre a gestão estadual e municipal da inclusão produtiva. Ambos os instrumentos de pesquisa tiveram seu planejamento, apuração e análise sob a responsabilidade da Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

### Objetivos

A ESTADIC e a MUNIC se definem como pesquisas institucionais e de registros administrativos das gestões públicas, estaduais e municipais, respectivamente, e se inserem entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados a essa escala. São, basicamente, levantamentos pormenorizados de informações sobre a estrutura,

---

<sup>1</sup> Dois distritos brasileiros são tratados na pesquisa como municípios, por razões metodológicas: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a capital federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco. Em ambos os casos, informantes da administração local responderam o Questionário Básico.

a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas estaduais e municipais, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem estes governos.

O objeto de interesse da ESTADIC e da MUNIC é a gestão pública dessas esferas de administração, no que se refere à organização dos governos estaduais e das prefeituras, bem como ao quadro funcional, estrutura e políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas.

Em 2014, os Questionários Básicos trataram de investigar informações sobre recursos humanos, comunicação e informática, educação, saúde, direitos humanos, segurança pública, segurança alimentar e vigilância sanitária. Um importante aspecto a ser destacado quanto aos questionários refere-se à determinação dos informantes, tanto na prefeitura como no governo do estado. Com o firme propósito de qualificá-los, pessoal e profissionalmente, e ampliar seu comprometimento com a qualidade das respostas fornecidas, procedeu-se à sua identificação no final de cada um dos blocos setoriais específicos.

Cabe acrescentar que os temas e questões abordados nos Questionários Básicos visam responder às necessidades de informação da sociedade e do Estado brasileiro. Para tanto, a ESTADIC e a MUNIC têm por objetivo a consolidação de uma base de dados estatísticos e cadastrais atualizados e que proporcionem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento dos quadros institucional e administrativo das Unidades da Federação e dos municípios brasileiros.

## Unidades de investigação e informantes

A unidade de investigação da ESTADIC é a Unidade da Federação e a da MUNIC é o município, sendo o governo estadual e a prefeitura, respectivamente, os informantes principais, por meio dos diversos setores que os compõem. As instituições ligadas a outros poderes públicos constituem unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada Unidade da Federação e município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigadas que detêm informações sobre os órgãos públicos e os demais equipamentos estaduais e municipais.

O Suplemento de Inclusão Produtiva também teve como unidade de investigação o estado e o município, sendo as informações obtidas junto aos órgãos responsáveis pelas ações de inclusão produtiva. Na ausência de qualquer instância administrativa nos governos estaduais e na prefeitura que tratasse da questão, o questionário deveria ser respondido pelo governador ou prefeito ou pessoa por eles indicada, desde que fizessem parte da estrutura administrativa do estado ou do município respectivamente.

## Período de referência

A coleta das informações dos Questionários Básicos e do Suplemento de Inclusão Produtiva foi realizada entre julho de 2014 e março de 2015, sendo efetuada através de entrevista presencial. Os dados coletados referiram-se, de maneira geral, à data da entrevista. No entanto, em alguns quesitos a data pode diferir sendo que, neste caso, há referência explícita no questionário, quanto à data ou período da informação.

## Abrangência geográfica

As 27 Unidades da Federação e os 5 570 municípios brasileiros existentes no Território Nacional até 31 de dezembro de 2014 foram investigados pela ESTADIC e a MUNIC, respectivamente.

Conforme frisado anteriormente, dois distritos brasileiros são tratados na MUNIC como municípios: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a capital federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco. Em ambos os casos, informantes da administração local responderam ao Questionário Básico.

## Instrumentos de coleta

Em sua edição, em 2014, a ESTADIC e a MUNIC foram a campo com os Questionários Básicos e o Suplemento de Inclusão Produtiva. Em seus Questionários Básicos investigaram os seguintes temas relativos administrações públicas estaduais e municipais: recursos humanos, comunicação e informática, educação, saúde, direitos humanos, segurança pública, segurança alimentar e vigilância sanitária. Para auxiliar a coleta das informações dos questionários, foi elaborado o Manual de Coleta, contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários para a realização dos trabalhos do técnico de pesquisas do IBGE.

## Coleta dos dados e apuração

Em maio de 2014, foi realizado um treinamento centralizado em Nova Friburgo, Município do Rio de Janeiro, onde estiveram presentes os supervisores regionais de todas as Unidades Estaduais do IBGE, além de técnicos da Diretoria de Pesquisas, num total aproximado de 60 pessoas. Posteriormente, esse treinamento foi repassado para técnicos em mais de 500 Agências no País.

Após o processo de treinamento, procedeu-se à fase de coleta das informações, em que o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município e o governo do estado a seu encargo, com objetivo de obter a indicação dos responsáveis, tanto na administração municipal como na estadual, que pudessem coordenar a coleta das informações nos vários setores. Esta pessoa foi entrevistada, diretamente, sempre que possível, e deveria manter contato com o pesquisador do IBGE quando houvesse a necessidade de esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo às pesquisas.

A entrada de dados foi realizada de forma descentralizada pela supervisão da pesquisa, na sede de cada Unidade Estadual do IBGE. A crítica de consistência dos dados coletados, também foi efetuada em cada Unidade, com apoio do trabalho de apuração das informações pela equipe da Coordenação de População e Indicadores Sociais responsável pela ESTADIC e a MUNIC.

Assinale-se que três municípios – Brejo de Areia e Buriti, no Estado do Maranhão e Rafael Godeiro, no Estado do Rio Grande do Norte – a despeito do empenho dos técnicos do IBGE não responderam ao Suplemento de Inclusão Produtiva.

## Disseminação dos resultados

É necessário ressaltar que, diferentemente das demais pesquisas efetuadas pelo IBGE, as informações prestadas pelas prefeituras e pelos governos estaduais são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a serem divulgadas individualmente. Este contexto, embora não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um caráter de maior corresponsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento dessa natureza, de informações de caráter público, após os procedimentos de crítica e análise dessas informações, exige o respeito à sua integridade.

Os dados da ESTADIC e da MUNIC estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet, nos canais Pesquisa de Informações Básicas Estaduais e Pesquisa de Informações Básicas Municipais, respectivamente, apresentando as informações de cada Unidade da Federação e município, individualmente.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre diversos temas abordados pelas pesquisas, em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam em suas diversas fases. Também são apresentados os resultados por meio de um conjunto de cartogramas selecionados. Acompanha a publicação um CD-ROM contendo as bases de dados completas das pesquisas, com informações de cada Unidade da Federação e município, e as tabelas de resultados da MUNIC, que são produto de agregações dos dados de municípios por classes de tamanho da população, com base nas estimativas de população residente em 1º de julho de 2014, publicadas no Diário Oficial da União, por Grandes Regiões do País e por Unidades da Federação em que estão localizadas. Em conjunto, essas informações contribuem para a compreensão, a descrição e a análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.

---

## Inclusão produtiva

A partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, dentre as mudanças ocorridas no campo das políticas sociais, a assistência social foi um dos campos que mais se destacou, por apresentar mudanças significativas, novos conceitos e modelos de assistência social passaram a vigorar no Brasil, direcionando sua atuação para o campo do direito e da cidadania, sob responsabilidade e dever do Estado.

A política social de assistência social, formando junto com a saúde e previdência o tripé da seguridade social, foi consolidada via legislação, na esteira dos direitos sociais, sob a responsabilidade do Estado. Com a regulamentação Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei n. 8.742, de 07.12.1993), reforçando o direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social.

A LOAS indica que a gestão da política e a organização das ações devem ser articuladas em um sistema descentralizado e participativo, organizado nos três níveis de gestão governamental. Desta forma, a regulamentação da assistência social a define como competência das três esferas de governo e, por sua vez, a implementação torna-se tarefa explicitamente compartilhada entre os entes federativos.

A definição, no Art. 203, inciso III da Constituição Federal de 1988, de que, dentre os objetivos da assistência social está “a promoção da integração ao mercado de trabalho”, posteriormente regulamentada pela LOAS, abriu caminho para inúmeras iniciativas de políticas para a promoção da inserção qualificada no mundo do trabalho dos segmentos mais vulneráveis da população. Essas iniciativas complementam as políticas de proteção social e de garantia de renda.

A inclusão produtiva na assistência social aparece como uma referência de segurança de sobrevivência e garantia de que todos terão acesso a uma forma monetária que contribua para a superação das desigualdades ocasionadas pela falta de emprego, independente de suas limitações e capacidades. Neste sentido, a Política Nacional de Assistência Social propõe que as ações sejam integradas entre as políticas sociais.

A expressão “inclusão produtiva” compreende um conjunto heterogêneo de políticas. Partindo da conceituação de Castro e outros (2010, p. 9), pode-se identificar nesse conjunto políticas que se destinam à aquisição de habilidades e conhecimentos necessários para a inserção no mundo do trabalho. O tema inclusão produtiva tem adquirido espaço na agenda pública na última década nas três esferas de governo – União, Estados e Municípios.

O conjunto de políticas de inclusão produtiva busca promover tanto o acesso ao mundo do trabalho, no marco da formalidade, quanto o apoio à sustentabilidade desse acesso, por meio de ações que conduzam à melhoria das condições de trabalho e elevação da renda auferida. O principal objetivo da inclusão produtiva é proporcionar aos indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica e social o acesso aos mecanismos que possibilitem sua inserção formal - como empreendedores ou empregados - na produção de bens e serviços.

A Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, do ano de 2014, na investigação sobre informações estaduais e municipais no que concerne à gestão da política pública de assistência social, incorporou um suplemento na temática de inclusão produtiva, contemplando questões relativas à existência de ações públicas estaduais e municipais de inclusão produtiva tanto no meio rural quanto no urbano.

O processo de planejamento e desenvolvimento de ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para a geração de trabalho e renda, deve basear-se no conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios que deem conta de desvendar as dinâmicas socioeconômicas e culturais presentes nesses espaços, possibilitando a identificação das suas necessidades para intervenções planejadas e com horizontes de resultados e impactos bem definidos. Nesse sentido, no Suplemento de Inclusão Produtiva, foi investigada a existência de algum tipo de estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico, dos estados e dos municípios, realizado no período entre 2010 e 2014.

É importante ressaltar que a realização de um estudo setorial e/ou diagnóstico desse porte, envolve um processo de investigação da realidade socioeconômica e das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios. A realização de um diagnóstico presume um contínuo processo de investigação, interpretação e análise das demandas sociais e econômicas que estão em constante mutação, estabelecendo relações e avaliações do impacto das ações planejadas para o atendimento às demandas encontradas, além de fundamentar os objetivos e metas necessários para seu atendimento.

De acordo com as informações obtidas através da ESTADIC, 18 Unidades da Federação tinham algum tipo de estudo e/ou diagnóstico socioeconômico realizado no período de 2010 a 2014, conforme podemos observar na figura abaixo. A realização do estudo e/ou diagnóstico era de responsabilidade de mais de um órgão da estrutura estadual, destacando-se as áreas de agricultura, assistência social e o planejamento.

**Quadro 1 - Elaboração do estudo e/ou diagnóstico socioeconômico, por Unidades da Federação - 2010-2014**

| Ano  | Unidades da Federação   |
|------|---|
| 2010 | Acre, Amapá   |
| 2011 | Roraima, Alagoas, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal  |
| 2012 | Maranhão, Sergipe e Goiás   |
| 2013 | Tocantins, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Mato Grosso |
| 2014 | Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro                           |

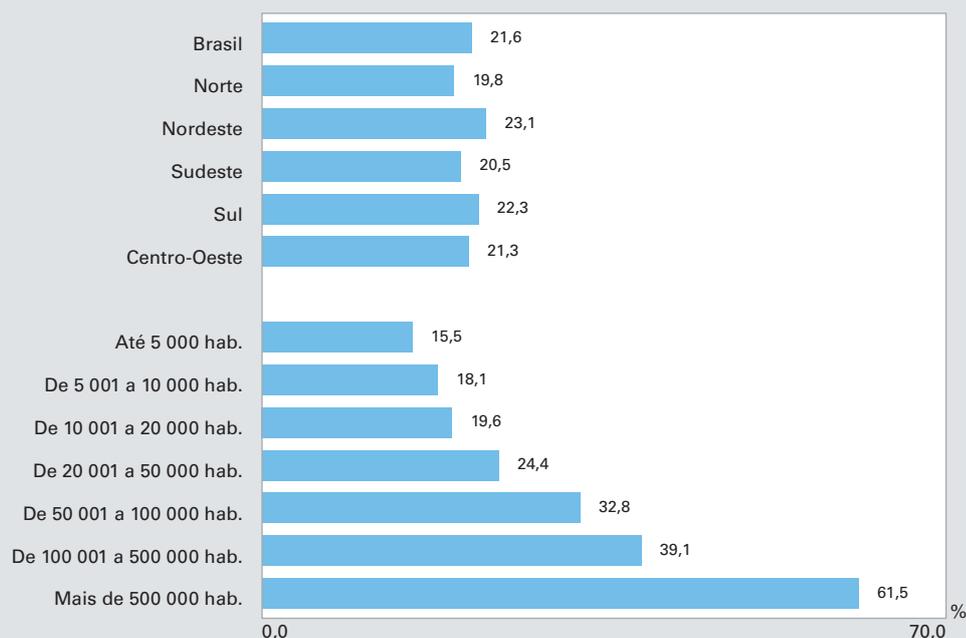
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

Os demais estados não tinham ou não souberam informar sobre a realização de estudo e/ou diagnóstico no período em questão.

Dos 5 570 municípios investigados, existem 1 187 (21,3%) com estudo e/ou diagnóstico realizado no período de 2010 a 2014, sendo que 491 municípios o fizeram no ano de 2013, e 293 no ano de 2014. Assim como nos estados, as áreas mais frequentes com a responsabilidade de realização do estudo e/ou diagnóstico nos municípios eram a agricultura, a assistência social e o planejamento.

Recortes por classes de tamanho da população mostram que a existência de estudo e/ou diagnóstico realizado no período de 2010 a 2014 era menor nos municípios menos populosos. Existia estudo e/ou diagnóstico em 634 municípios, dos 3 843 com até 20 000 habitantes, o que corresponde a 16,5% desses municípios. Essa proporção aumenta à medida que se avança nas classes de tamanho da população, alcançando 61,5% (24) dos municípios com mais de 500 000 habitantes.

**Gráfico 1 - Percentual de municípios com estudo e/ou diagnóstico socioeconômico realizado no período de 2010 a 2014, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios**

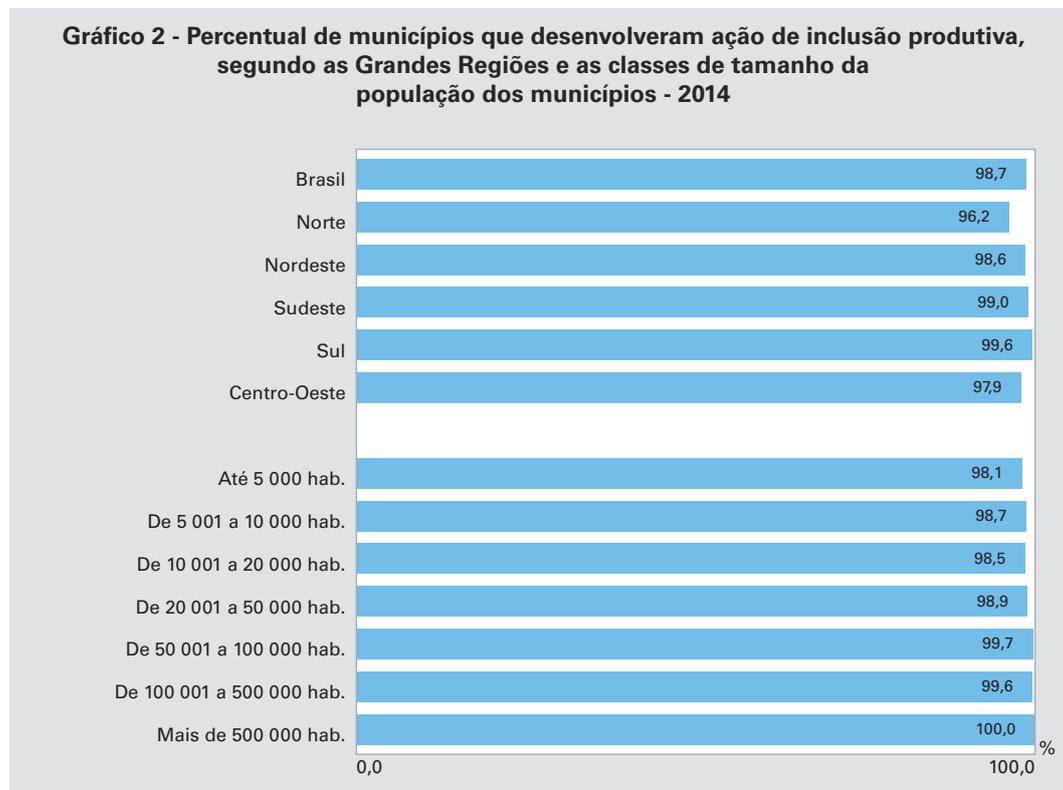


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2010-2014.

Entre as Unidades da Federação, todas declararam desenvolver ações, programas ou projetos de inclusão produtiva.

Entre os 5 570 municípios, 98,7% (5 503) declararam desenvolver pelo menos uma ação de inclusão produtiva. No que diz respeito às classes de tamanho da população dos municípios, verifica-se que a existência de alguma ação era superior a 98,0% em todas as classes, chegando a 100,0% dos municípios com mais de 500 000 habitantes.

A Região Norte foi a que apresentou o menor percentual de municípios que desenvolviam ação de inclusão produtiva, 96,2% (433).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

## Ações de inclusão produtiva rural

A estratégia de inclusão produtiva rural foi concebida para fortalecer as atividades realizadas pelas famílias da agricultura familiar em vulnerabilidade social, mas também possuem foco em alguns grupos específicos, buscando também aumentar sua capacidade produtiva e a entrada de seus produtos nos mercados consumidores.

Com o propósito de conhecer as atividades e os serviços que os governos dispõem na área de inclusão produtiva, visando propiciar o acesso da população em situação de vulnerabilidade à geração de trabalho e renda, promoção de ações de capacitação e de instrumentalização para o trabalho, foram identificadas as seguintes ações específicas para a área da produção:

**Quadro 2 - Quadro descritivo das principais ações de inclusão produtiva rural**

| Ações de Inclusão Produtiva Rural   | Descrição  |
|---|--|
| Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)   | A atividade ATER em suas várias modalidades é voltada para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros com o objetivo de potencializar atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos saudáveis e matérias primas, bem como apoiar estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais.  |
| Fomento a atividades produtivas   | As ações de fomento e atividades produtivas são parte integrante do Plano Brasil sem Miséria cujo objetivo é articular as ações de ATER e transferência de recursos financeiros não reembolsáveis a famílias rurais em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais que exerçam atividades de agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, que se enquadrem nas disposições da Lei n. 11.326 de 24.07.06 ou pertençam a comunidades tradicionais e povos indígenas.   |
| Acesso a crédito e ao seguro rural  | O papel do crédito rural é o de gerador de oportunidades, aproximando o beneficiário das políticas que estimulam investimentos em avanços tecnológicos e melhorias nas estruturas das propriedades, mas muito, além disso esse crédito que traz a modernização do campo também auxilia e estimula sua permanência na agricultura, e fortalece o processo de sucessão na agricultura familiar. O crédito rural financia o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas. Além de fortalecer o setor rural, incentiva a introdução de métodos racionais no sistema de produção. O seguro rural, independente da modalidade, é um dos instrumentos de política agrícola por meio do qual se busca a redução dos riscos inerentes à atividade rural.                                   |
| Aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas   | Financiar a aquisição, isolada ou associada a investimento, de tratores, colheitadeiras, plataformas de corte, pulverizadores, plantadeiras, semeadoras e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café.   |
| Doação de sementes ou matrizes de pequenos animais  | Promover a estruturação da capacidade de produção e a inclusão produtiva das famílias de agricultores familiares, com a disponibilização de sementes e mudas ou matrizes de pequenos animais, com identificação de cultivares adequados aos territórios atendidos e projetos produtivos com atividades voltadas, principalmente, à criação de pequenos animais (porcos, aves, cabras e ovelhas).   |
| Aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); | O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - é uma das ações da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O PAA compra alimentos da agricultura familiar para doações e para a formação de estoques, contribuindo para segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis. O PNAE compra alimentos da agricultura familiar para a formação de estoques, contribuindo para segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar. |
| Aquisição de alimentos para atender demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros           | Compra alimentos da agricultura familiar para doações e para a formação de estoques, contribuindo para segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar.   |
| Apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos  | Empréstimos de caminhões, manutenção de centrais de recebimento de alimentos provenientes de programas como o PAA e o PNAE, comercialização direta da produção de alimentos da agricultura familiar  |
| Doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho  | Ação de doar ao empreendedor individual ou coletivo os equipamentos necessários para o desempenho de sua atividade produtiva.  |

Fontes: 1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2. Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Segundo as informações obtidas pela Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC, duas ações foram realizadas pelas 27 Unidades da Federação: as atividades assistência técnica e extensão rural e fomento a atividades produtivas rurais (Gráfico 3).

Vale destacar que essa integração entre as duas ações era esperada, uma vez que o atendimento das famílias no programa de fomento ocorre seguindo um cronograma de atividades definido previamente com a entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER que acompanha essas famílias, conforme previsto no Decreto n. 7.644, de 16.12.2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei n. 12.512, de 14.10.2011.

O acesso ao crédito e ao seguro rural e o fomento a empreendimentos coletivos eram desenvolvidos em 26 Unidades da Federação.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE eram realizados por 23 Unidades da Federação. Estes programas compreendem a compra institucional de alimentos, priorizando a aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares.

Já a aquisição de alimentos da agricultura familiar para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, foi realizada em 15 Unidades da Federação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

**Cartograma 1 - Unidades da Federação que desenvolveram ação de inclusão produtiva rural - 2014**  
(continua)

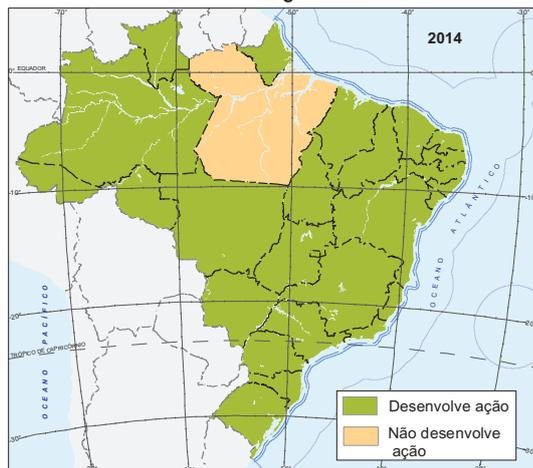
**Assistência técnica e extensão rural**



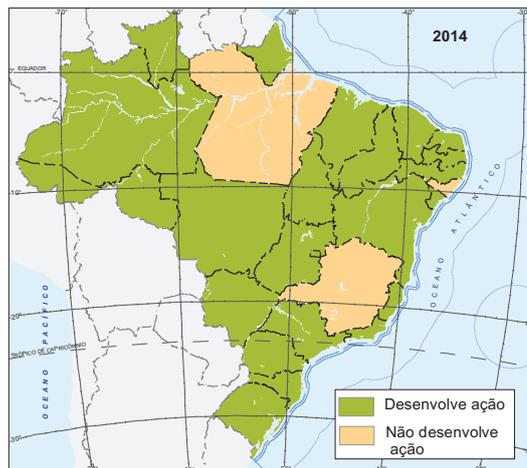
**Fomento a atividades produtivas**



**Incentivo para acesso ao crédito e ao seguro rural**



**Aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas**



**Doação de semenetes ou matrizes de pequenos animais**

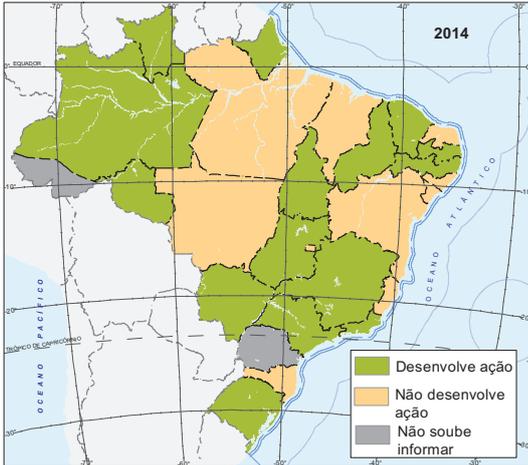


**Aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**



**Cartograma 1 - Unidades da Federação que desenvolveram ação de inclusão produtiva rural - 2014**  
(conclusão)

**Aquisição de alimentos para atender a demandas regulares**



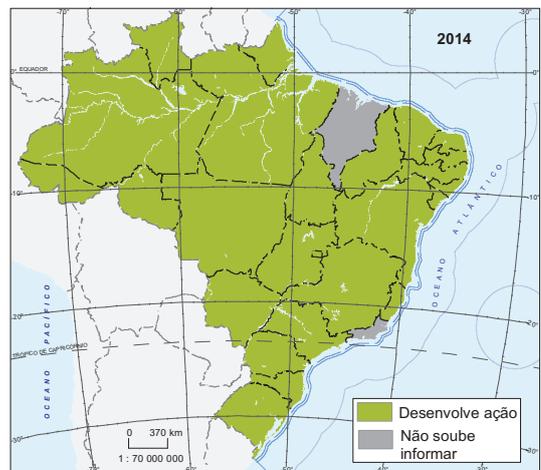
**Apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos**



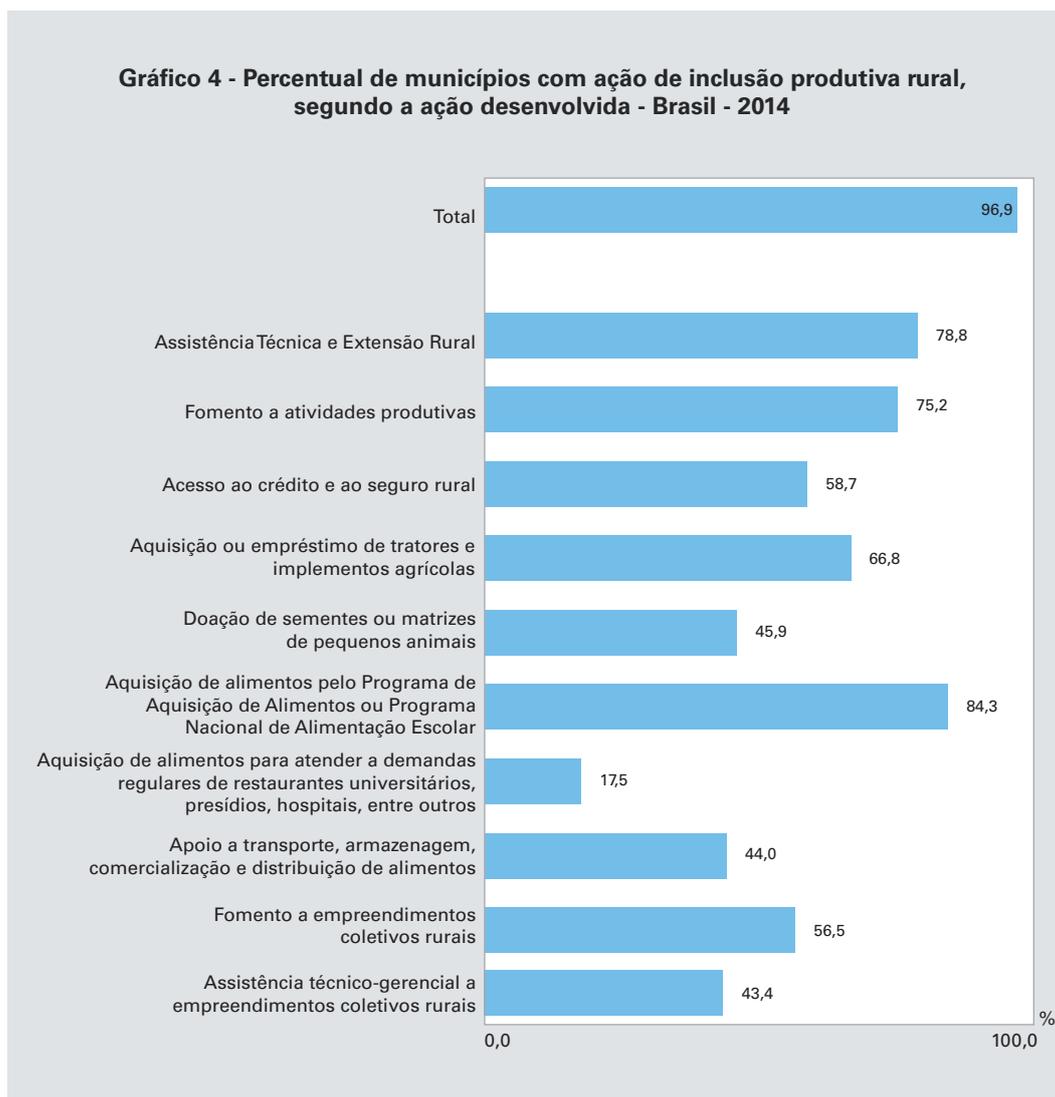
**Fomento a empreendimentos coletivos rurais**



**Assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos rurais**



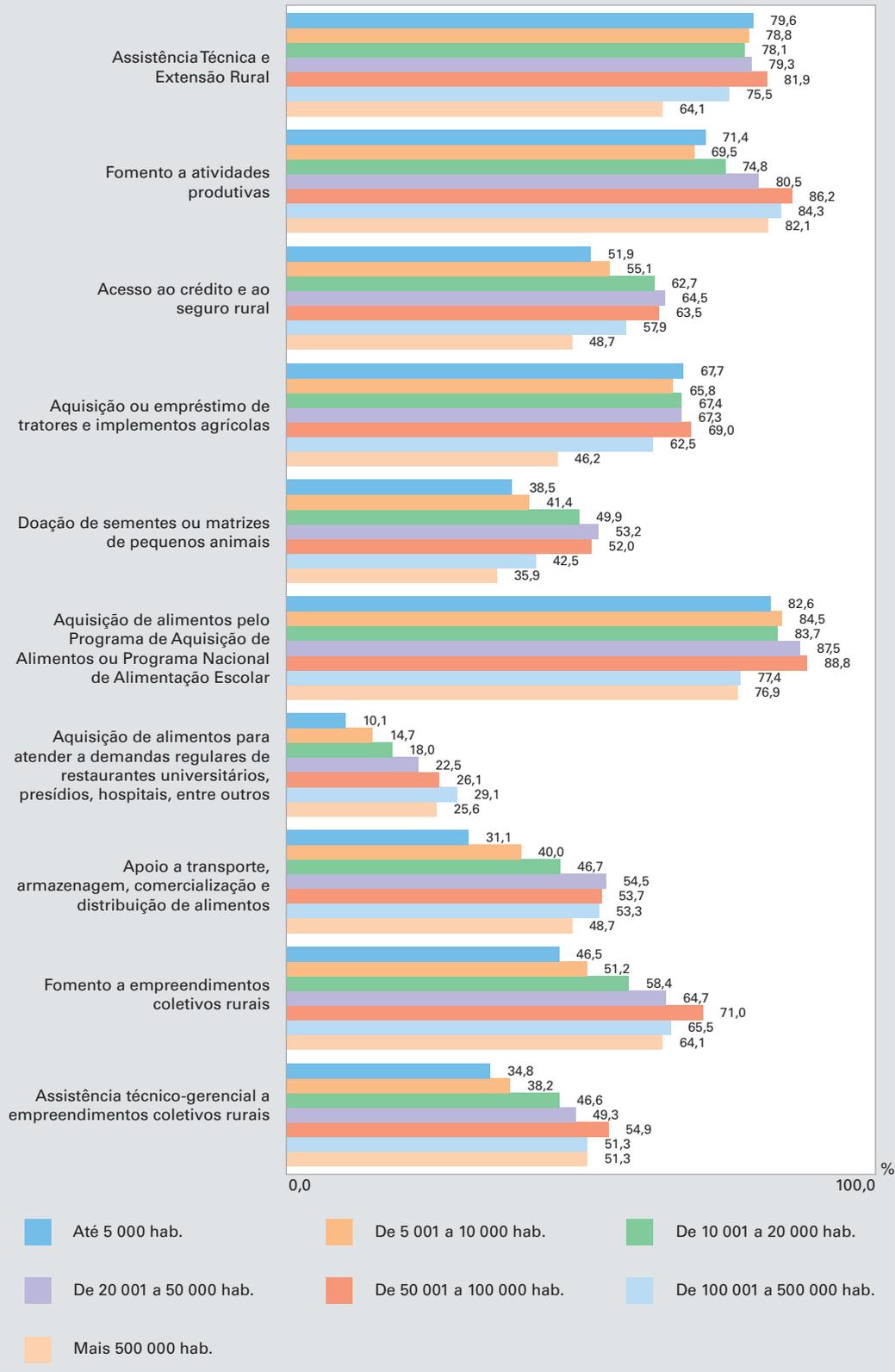
Dos 5 570 municípios, 96,9% (5 400) desenvolviam alguma ação de inclusão produtiva rural. A aquisição de alimentos por meio do PAA e do PNAE foram os que mais se destacaram, sendo desenvolvidas por 84,3% (4 697) dos municípios do País, enquanto a aquisição de alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros, era realizada por 17,5% (974) dos municípios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

No que diz respeito às classes de tamanho da população dos municípios, verifica-se que a aquisição de alimentos por meio do PAA e do PNAE oscilava entre 82,6% e 88,8% nos municípios com até 100 000 habitantes. Os municípios com mais de 100 000 a 500 000 habitantes e os com mais de 500 000 habitantes apresentaram os menores percentuais.

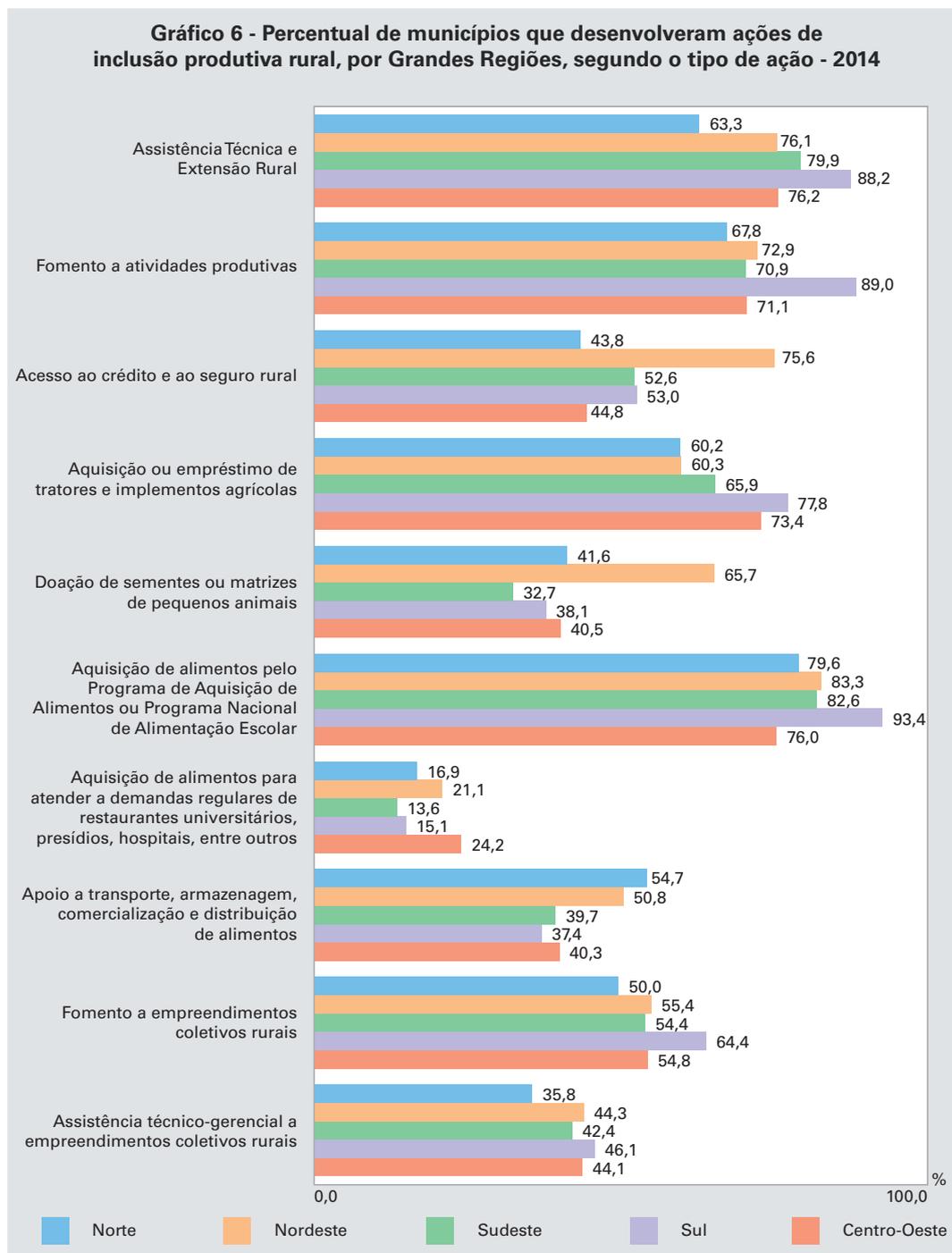
**Gráfico 5 - Percentual de municípios que desenvolveram ações de inclusão produtiva rural, por classes de tamanho da população dos municípios, segundo o tipo da ação - Brasil - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Dentre as Grandes Regiões, a Sul foi a que declarou ter a maior proporção de municípios que realizavam ações de compras de alimento por meio do PAA e PNAE, 93,4% (1 112). Foi também a com maior percentual de municípios que desenvolviam ações de ATER e fomento de atividades produtivas, 88,2% (1 050) e 89,0% (1 060), respectivamente.

A Região Nordeste foi a que declarou ter a maior proporção de municípios com ações de acesso ao crédito e seguro rural, 75,6% (1 356), e doação de sementes ou matrizes de pequenos animais, 65,7% (1 179).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

## Público-alvo das ações de inclusão produtiva rural

Foi investigado na ESTADIC e na MUNIC, o público-alvo das ações de inclusão produtiva rural, a saber: agricultor familiar, assentados da reforma agrária, extrativistas e silvicultores, povos indígenas, pescadores artesanais e aquicultores familiares, comunidades remanescentes de quilombos, outros povos e comunidades tradicionais, médio e/ou grande produtor rural.

Em 26 Unidades da Federação, as ações de assistência técnica e extensão rural tinham como público-alvo os agricultores familiares e os pescadores artesanais e aquicultores.

Para os agricultores familiares, ações de fomento a empreendimentos coletivos e assistência técnica-gerencial a empreendimentos coletivos rurais foi desenvolvida por quase todas as gestões estaduais.

No caso dos assentados da reforma agrária, as ações de assistência técnica ocorriam coordenadas com as de fomento a atividades produtivas e ao acesso ao crédito e ao seguro rural.

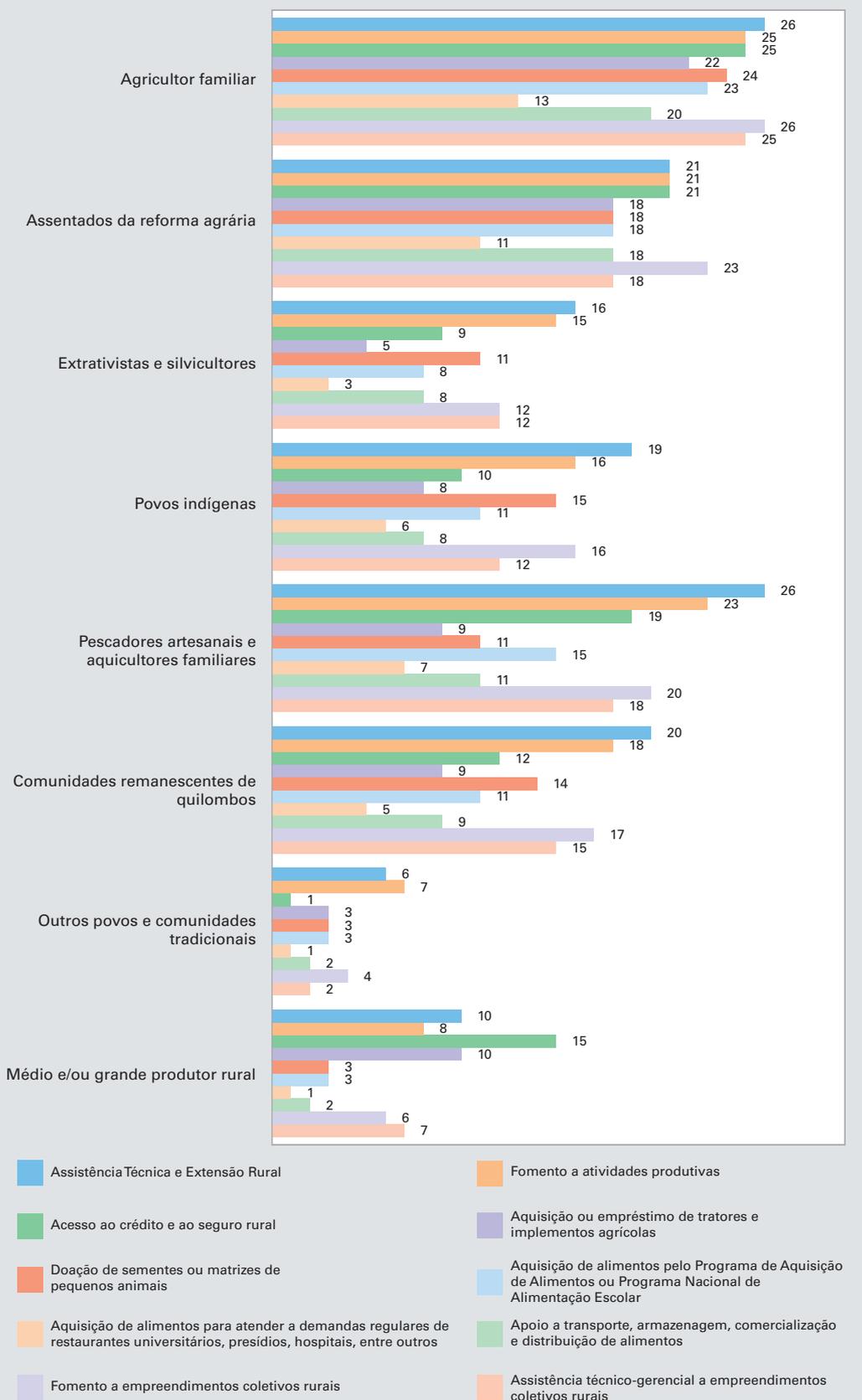
**Tabela 1 - Quantidade de ações desenvolvidas de inclusão produtiva rural, por público alvo, segundo as Unidades da Federação - 2014**

| Unidades da Federação<br>(1) | Quantidade de ações desenvolvidas de inclusão produtiva rural,<br>por público alvo |  |  |                         |  |   |  |  |
|------------------------------|--|--|--|-------------------------|--|---|--|--|
|                              | Agricul-<br>tor<br>familiar  | Assen-<br>tados da<br>reforma<br>agrária | Extrati-<br>vistas e<br>silviculto-<br>res | Povos<br>indíge-<br>nas | Pescado-<br>res arte-<br>sanais e<br>aquicul-<br>tores fa-<br>miliares | Comuni-<br>dades<br>remanes-<br>centes de<br>quilom-<br>bolas | Outros<br>povos e<br>comuni-<br>dades<br>tradicio-<br>nais | Médio<br>e/ou<br>grande<br>produtor<br>rural |
| Rondônia                     | 10   | 7  | 6  | 3                       | 5  | 1   | 1  | -  |
| Acre                         | 9  | 8  | 8  | 9                       | 3  | -   | -  | -  |
| Amazonas                     | 10   | 9  | 10   | 9                       | 10   | -   | -  | 5  |
| Roraima                      | 9  | 7  | 3  | 8                       | 3  | -   | -  | 3  |
| Pará                         | 6  | -  | 6  | 6                       | 6  | 6   | 6  | -  |
| Amapá                        | 9  | 8  | 7  | 3                       | 7  | 6   | 6  | 9  |
| Tocantins                    | 10   | 2  | 7  | 10                      | 9  | 10  | -  | 10   |
| Maranhão                     | 7  | 7  | 3  | 2                       | 4  | 1   | -  | 1  |
| Piauí                        | 10   | 9  | 5  | -                       | 9  | 9   | -  | 2  |
| Ceará                        | 10   | 9  | 8  | 10                      | 8  | 10  | 3  | 3  |
| Rio Grande do Norte          | 8  | 4  | -  | -                       | 1  | -   | -  | 2  |
| Paraíba                      | 10   | 6  | -  | 1                       | 3  | 10  | 3  | -  |
| Pernambuco                   | 10   | 9  | 2  | 10                      | 7  | 7   | -  | -  |
| Alagoas                      | 7  | 6  | -  | 6                       | 7  | 3   | -  | 4  |
| Sergipe                      | 8  | 6  | -  | 1                       | 4  | 9   | 4  | -  |
| Bahia                        | 9  | 8  | 5  | 5                       | 7  | 4   | -  | 1  |
| Minas Gerais                 | 9  | 4  | 7  | 4                       | 3  | 5   | -  | 1  |
| Espírito Santo               | 8  | 5  | -  | -                       | 6  | 8   | 1  | 1  |
| São Paulo                    | 8  | 7  | 7  | 7                       | 8  | 6   | 2  | 5  |
| Paraná                       | 9  | 8  | 5  | 4                       | 8  | 1   | 3  | 5  |
| Santa Catarina               | 6  | -  | -  | 2                       | 5  | 9   | 1  | 2  |
| Rio Grande do Sul            | 10   | 9  | -  | 9                       | 9  | 6   | -  | -  |
| Mato Grosso do Sul           | 10   | 9  | -  | 5                       | 7  | 6   | -  | 2  |
| Mato Grosso                  | 8  | 7  | 5  | 5                       | 5  | 5   | -  | 2  |
| Goiás                        | 10   | 7  | 5  | 2                       | 8  | -   | 2  | 1  |
| Distrito Federal             | 9  | 8  | -  | -                       | 7  | -   | 2  | 6  |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

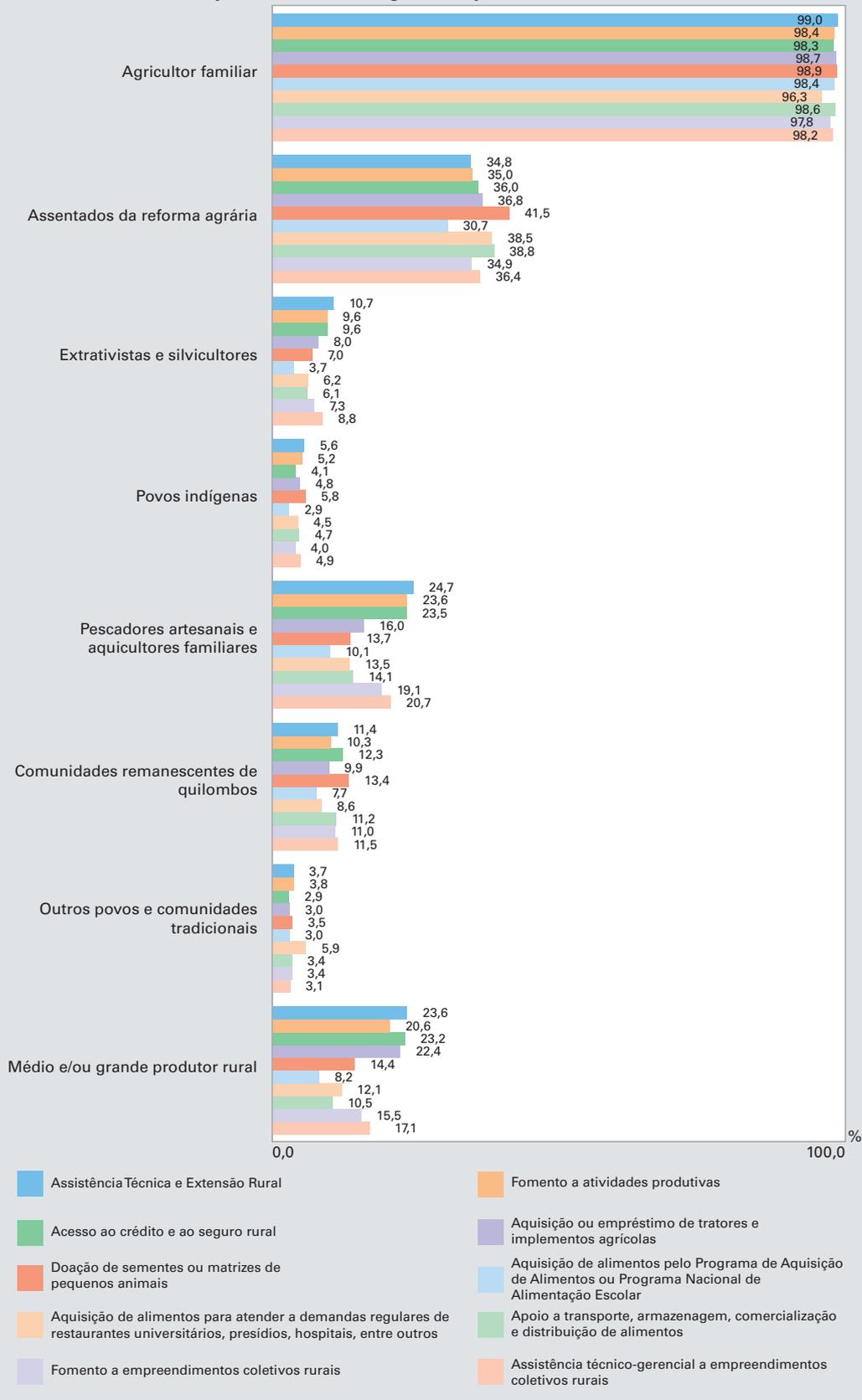
(1) Exclui o Estado do Rio de Janeiro, que não soube especificar o público alvo por ação.

**Gráfico 7 - Número de Unidades da Federação que desenvolveram ações de inclusão produtiva rural, segundo o público alvo - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

**Gráfico 8 - Percentual de municípios que desenvolveram ações de inclusão produtiva rural, segundo o público alvo - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

No âmbito dos municípios, em mais de 96,0% dos 5 400 que desenvolviam alguma ação de inclusão produtiva rural, o público-alvo eram os agricultores familiares em todas as ações pesquisadas. Em 41,5% dos municípios que desenvolviam ação de doações de sementes ou matrizes de pequenos animais, estas eram destinadas aos assentados da reforma agrária (Gráfico 8).

Menos de 6,0% dos municípios informaram realizar ações destinadas para povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais. Para as comunidades quilombolas a ação mais executada era a doação de sementes ou matrizes de pequenos animais.

## **Parcerias para o desenvolvimento das ações de inclusão produtiva rural**

Foram pesquisadas as parcerias estabelecidas para o desenvolvimento das ações de inclusão produtiva rural, a saber: governo federal; governo municipal; organizações não governamentais e entidades do terceiro setor, inclusive de caráter religioso; Sistema S<sup>2</sup>; universidades, institutos de ensino técnico e profissional; entidades de classe de trabalhadores rurais; entidade de classe patronais rurais; e outros.

Os governos federal e municipais eram os parceiros mais expressivos das Unidades da Federação para todas as ações.

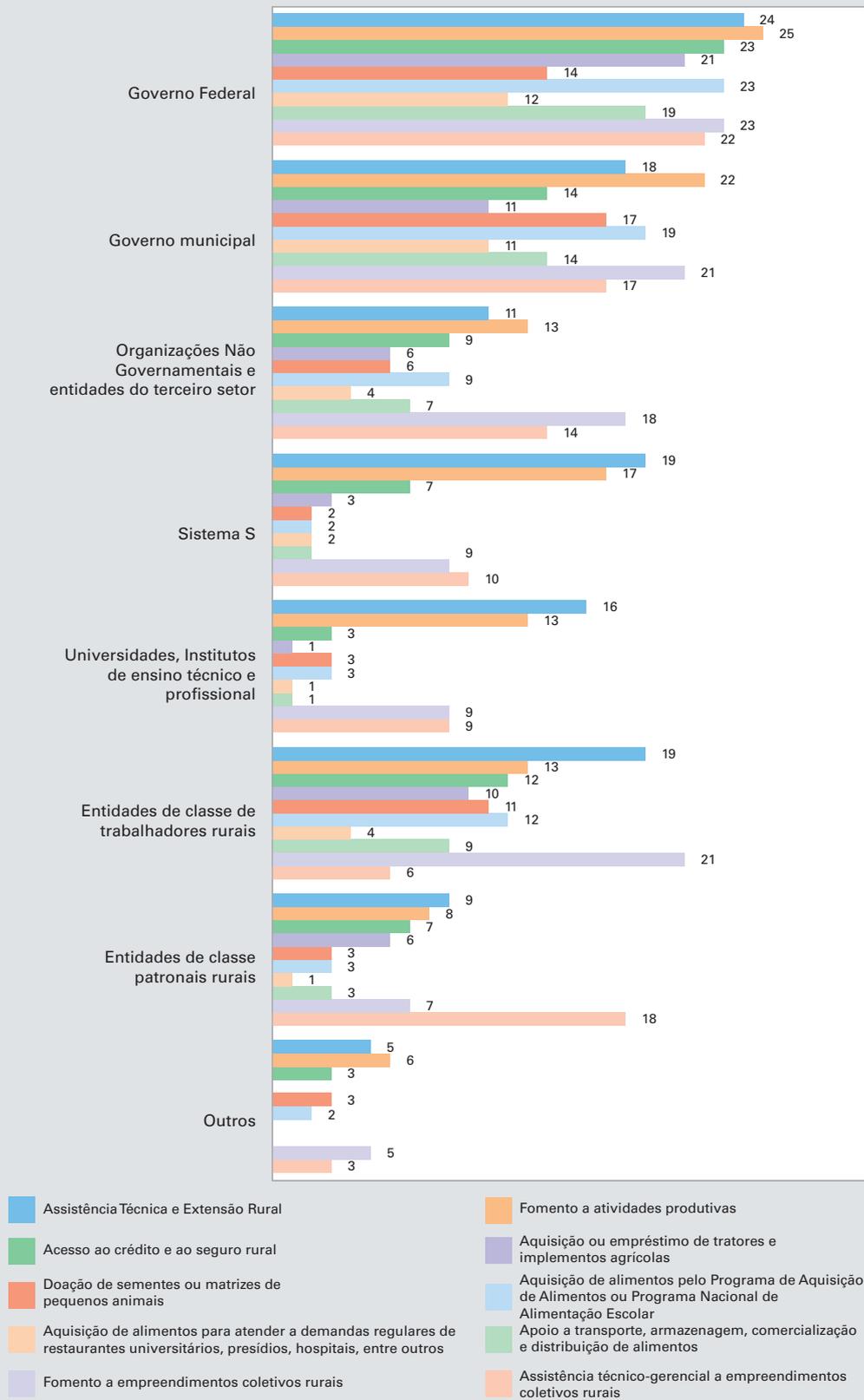
As organizações não governamentais - ONGs, constituídas sob a forma jurídica de associações e de fundações privadas, inclusive de caráter religioso, foram parceiras estratégicas em 18 Unidades da Federação para a ação de aquisição de alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros.

Já o Sistema S, formado pelas organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, consultoria, pesquisa e assistência técnica, atuava como parceiro na implementação das ações de ATER e fomento a atividades produtivas em 19 e 17 Unidades da Federação, respectivamente.

As entidades de classe patronais rurais estavam presentes em 18 Unidades da Federação como parceiros na ação de transporte nas ações de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos.

<sup>2</sup> Conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Federal do Brasil de 1988. São elas: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC; Serviço Social do Comércio - SESC; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Serviço Social da Indústria - SESI; Serviço Social de Transporte - SEST; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

**Gráfico 9 - Número de Unidades da Federação que desenvolveram ações de inclusão produtiva rural, segundo o parceiro institucional - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

**Tabela 2 - Quantidade de ações desenvolvidas de inclusão produtiva rural, por parceiro institucional, segundo as Unidades da Federação - 2014**

| Unidades da Federação | Quantidade de ações desenvolvidas de inclusão produtiva rural, por parceiro institucional |                   |   |           |  |   |                                      |        |
|-----------------------|---|-------------------|---|-----------|--|---|--------------------------------------|--------|
|                       | Governo Federal   | Governo municipal | Organizações Não Governamentais e entidades do terceiro setor | Sistema S | Universidades, Institutos de ensino técnico e profissional | Entidades de classe de trabalhadores rurais | Entidades de classe patronais rurais | Outros |
| Rondônia              | 10  | 1                 | 3   | 2         | 1  | 7   | 8                                    | 1      |
| Acre                  | 8   | 7                 | 7   | 2         | 3  | 7   | 7                                    | -      |
| Amazonas              | 10  | 10                | 9   | 4         | -  | 7   | 4                                    | 1      |
| Roraima               | 6   | 2                 | -   | 4         | 1  | 5   | -                                    | -      |
| Pará                  | 5   | 6                 | 1   | -         | 1  | 2   | -                                    | 6      |
| Amapá                 | 10  | 1                 | -   | 1         | 1  | -   | -                                    | -      |
| Tocantins             | 10  | 10                | 6   | 10        | 10   | 9   | 2                                    | -      |
| Maranhão              | 5   | 3                 | -   | 2         | -  | 2   | -                                    | -      |
| Piauí                 | 9   | 9                 | 3   | 1         | 1  | 4   | -                                    | -      |
| Ceará                 | 10  | 9                 | 8   | 2         | 1  | 7   | 2                                    | 4      |
| Rio Grande do Norte   | 9   | 8                 | 2   | -         | -  | 6   | -                                    | -      |
| Paraíba               | 10  | -                 | -   | -         | 3  | -   | -                                    | -      |
| Pernambuco            | 10  | 10                | 4   | 3         | 1  | 8   | -                                    | -      |
| Alagoas               | 7   | 7                 | 1   | 6         | 6  | 4   | 2                                    | 1      |
| Sergipe               | 5   | 5                 | 5   | 2         | -  | 7   | -                                    | 2      |
| Bahia                 | 9   | 7                 | 9   | 5         | 5  | 6   | -                                    | 5      |
| Minas Gerais          | 4   | 8                 | 6   | -         | 4  | 5   | 4                                    | -      |
| Espírito Santo        | 7   | 8                 | 1   | 4         | 2  | 6   | 6                                    | -      |
| Rio de Janeiro        | -   | -                 | -   | 1         | -  | -   | -                                    | -      |
| São Paulo             | 3   | 6                 | 1   | 2         | 2  | 2   | 2                                    | 2      |
| Paraná                | 7   | 9                 | 6   | 5         | 4  | 7   | 8                                    | 4      |
| Santa Catarina        | 7   | 4                 | 2   | 3         | 2  | 2   | 1                                    | 1      |
| Rio Grande do Sul     | 9   | 10                | 10  | 4         | 4  | 6   | 1                                    | -      |
| Mato Grosso do Sul    | 10  | 9                 | 5   | 1         | 1  | 7   | 1                                    | -      |
| Mato Grosso           | 7   | 8                 | 7   | 5         | 4  | 6   | 5                                    | -      |
| Goiás                 | 10  | 7                 | -   | 3         | 3  | 6   | -                                    | -      |
| Distrito Federal      | 8   | -                 | 1   | 1         | -  | 1   | -                                    | 3      |

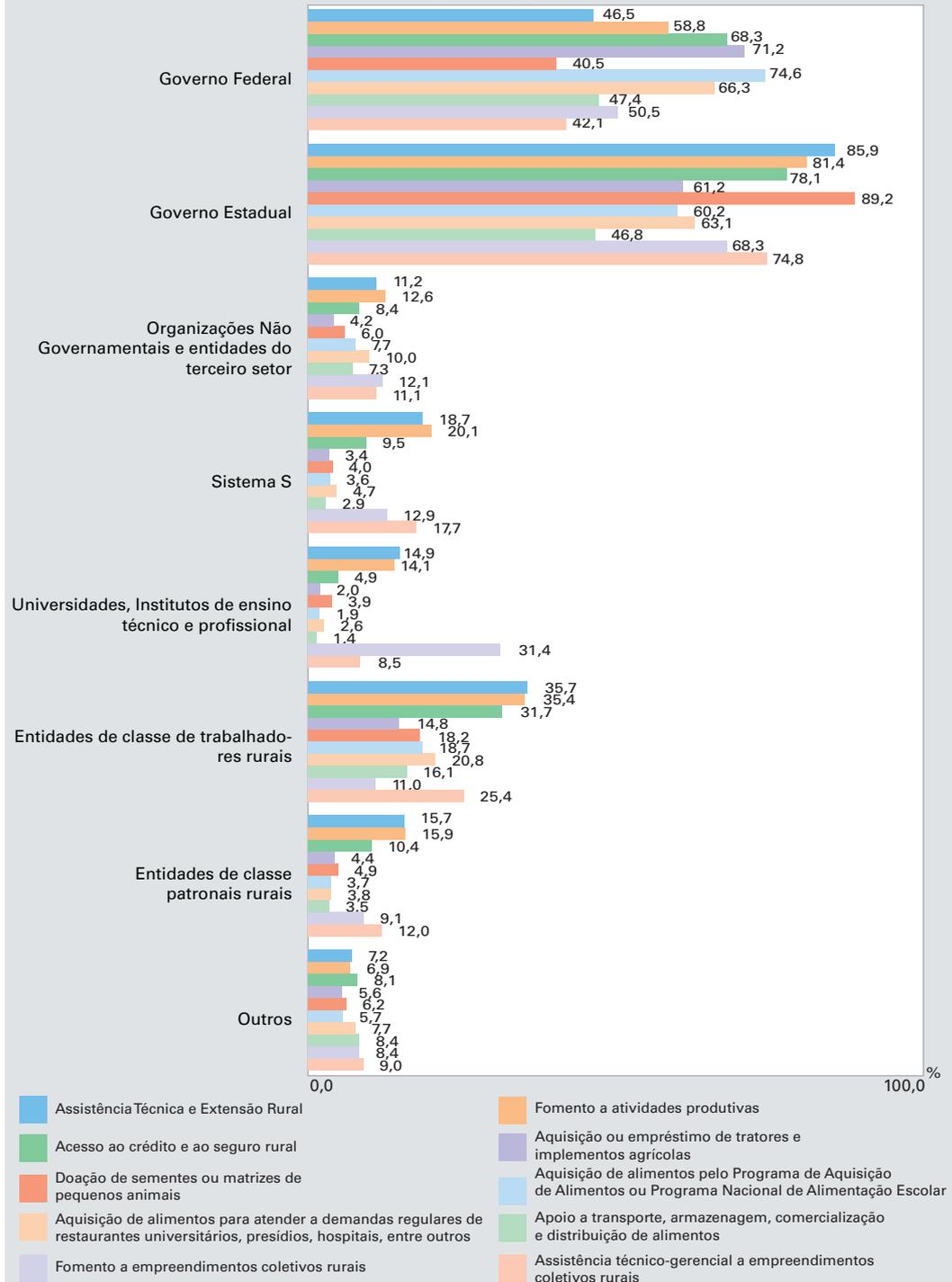
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

Os dados municipais registraram o importante papel dos governos estadual e federal como parceiros relevantes na implementação das ações de inclusão produtiva rural nos municípios. O governo federal atuava em 71,2% (1 163) dos 3 722 municípios que tinham ação de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas, e em 74,6% (3 505) dos 4 697 que desenvolviam ação de aquisição de alimentos do PAA e PNAE.

O governo estadual atuava como parceiro em 89,2% (2 278) dos 2 554 municípios com ações de doação de sementes ou matrizes de pequenos animais, e em 85,9% (3 770 dos 4 390) e 81,4% (3 409 dos 4 188) daqueles com ações de fomento à atividade produtiva e assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos.

As entidades de classe de trabalhadores rurais estavam presentes em mais de 31,0% dos municípios na implementação de ações de assistência técnica e extensão rural, fomento à atividade produtiva e acesso ao crédito e ao seguro rural.

**Gráfico 10 - Percentual de municípios que desenvolvem ações de inclusão produtiva rural, segundo o parceiro institucional - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

## Ações de inclusão produtiva urbana

A política de inclusão produtiva tem diferenças importantes nas capacidades desenvolvidas nas áreas rurais e urbanas. Nesse sentido, as ações de inclusão produtiva urbana buscam se adequar às características e às especificidades dos públicos e de suas demandas. A política de inclusão produtiva para o meio urbano pode

ser entendida como a articulação de ações e programas que têm por objetivo favorecer a inserção no mercado de trabalho, seja por meio do emprego formal, do apoio ao empreendedorismo individual ou coletivo e de empreendimentos da economia solidária. No período recente, as ações de inclusão produtiva no meio urbano têm como objetivo garantir acesso à qualificação profissional e a intermediação de mão de obra para promover o acesso ao emprego formal, e em serviços de formalização, assistência técnico-gerencial e fomento a diversas atividades, com fins de incentivar e promover o micro empreendedorismo individual e coletivo e a economia popular e solidária.

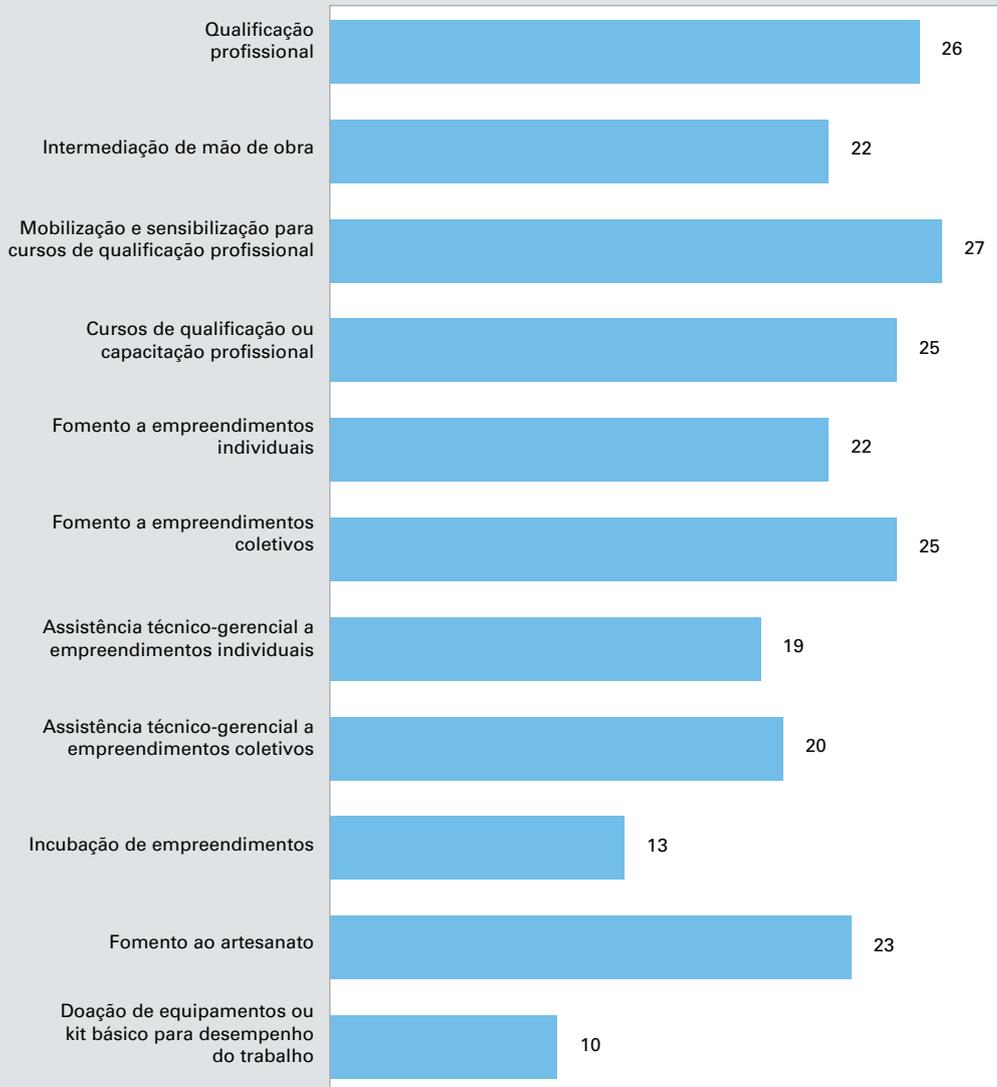
Todas as ações de inclusão produtiva urbana atendem à população em geral, mas também possuem foco em grupos específicos da população em situação de vulnerabilidade inscritos no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal). Nesse conjunto de iniciativas, a política de inclusão produtiva pode contar com o envolvimento ativo da assistência social, convertendo-se assim em uma estratégia de superação da extrema pobreza.

As ações de inclusão produtiva voltadas à qualificação profissional, intermediação de mão de obra e empreendimentos urbanos individuais e coletivos pesquisadas pelas Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC e Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2014 podem ser observadas no Quadro 3.

**Quadro 3 - Quadro descritivo das principais ações de inclusão produtiva urbana**

| Ações de Inclusão Produtiva Urbana e Qualificação Profissional        | Descrição  |
|---|--|
| Qualificação Profissional   | Ações que oferecem formação profissional, visando o desenvolvimento e o aprimoramento de habilidades demandadas pelo mercado e a promoção da inserção no mercado de trabalho.  |
| Intermediação de mão de obra  | São ações de identificação das demandas e ofertas do mercado de trabalho com o objetivo de promover a (re) colocação o indivíduo neste mercado.  |
| Mobilização e sensibilização para cursos de qualificação profissional | São ações de divulgação e estímulo à participação dos cursos de qualificação profissional oferecidos nos estados e municípios.   |
| Cursos de qualificação ou capacitação profissional                    | Cursos promovidos pelos estados e municípios com o objetivo de promover e fortalecer a qualificação e capacitação profissional em sintonia com as vocações e demandas dos mercados locais.   |
| Fomento a empreendimentos individuais urbanos                         | Ações de promoção do desenvolvimento de negócios individuais através de prestação de serviços, suprimentos e financiamento.  |
| Fomento a empreendimentos coletivos urbanos                           | Ações de promoção do desenvolvimento de negócios coletivos através de prestação de serviços, suprimentos e financiamento.  |
| Assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos   | Forma de consultoria que fornece orientação para tomada de decisões e para identificação das necessidades e potencialidades dos empreendimentos individuais, visando à melhoria da gestão, produção e renda.   |
| Assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos urbanos     | Forma de consultoria que fornece orientação para tomada de decisões e para identificação das necessidades e potencialidades dos empreendimentos coletivos, visando à melhoria da gestão, produção e renda.   |
| Incubação de empreendimentos  | Forma de assessoria voltada para criação de empreendimentos econômicos. Essa assessoria oferece subsídios, tais como formação técnica e política, e acompanhamento dos processos de tomada de decisão e implementação de atividades econômicas, tais como produção, trabalho, finanças e comércio. |
| Fomento ao artesanato   | Ações de promoção do desenvolvimento do setor de artesanato através de prestação de serviços, suprimentos e financiamento.   |
| Doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho      | Ação de doar ao empreendedor individual ou coletivo os equipamentos necessários para o desempenho de sua atividade produtiva.  |

Fontes: 1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2. Ministério do Desenvolvimento Agrário.

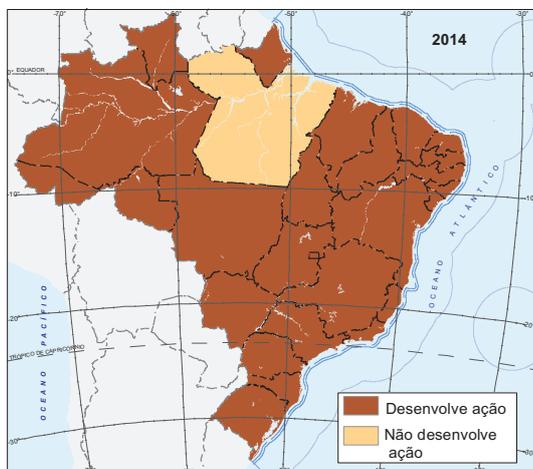
**Gráfico 11 - Número de Unidades da Federação com ações de inclusão produtiva urbana, segundo o tipo de ação - 2014**

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

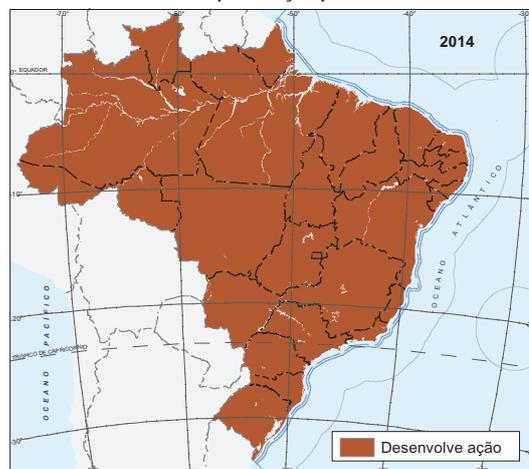
De acordo com os resultados da ESTADIC, a única ação implementada por todas as Unidades da Federação foi a de mobilização e sensibilização da população para participar de cursos de qualificação, embora nem todas tivessem ação de qualificação de mão de obra ou cursos de qualificação ou capacitação profissional. Outras ações implementadas pelas gestões estaduais foram a intermediação de mão de obra, fomento a empreendimentos coletivos e individuais urbanos e o fomento ao artesanato.

**Cartograma 2 - Unidades da Federação que desenvolveram ação de inclusão produtiva urbana - 2014**  
(continua)

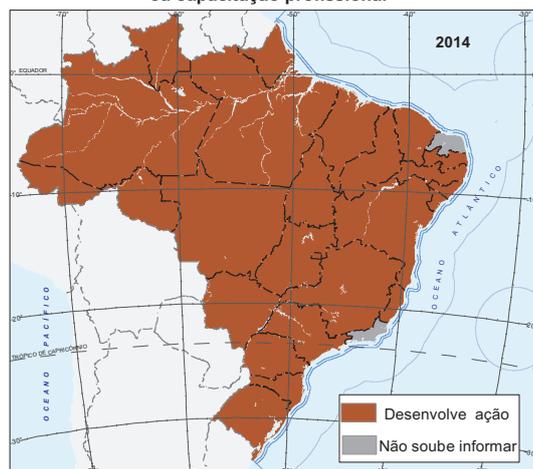
**Qualificação profissional**



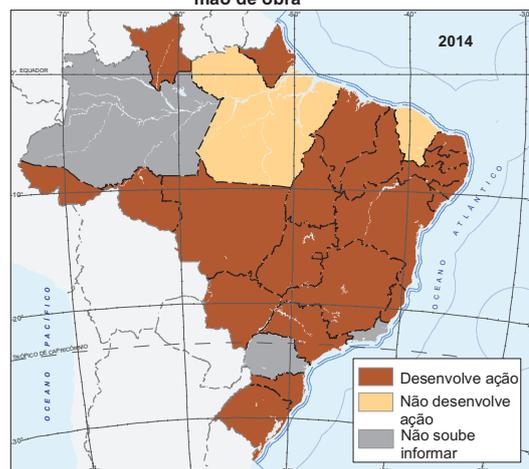
**Mobilização e sensibilização para cursos de qualificação profissional**



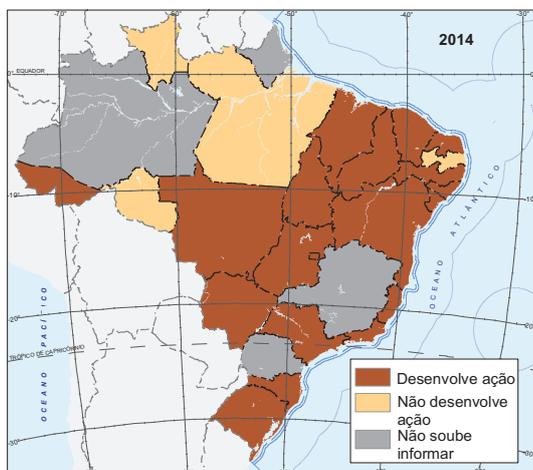
**Ofertas de curso de qualificação ou capacitação profissional**



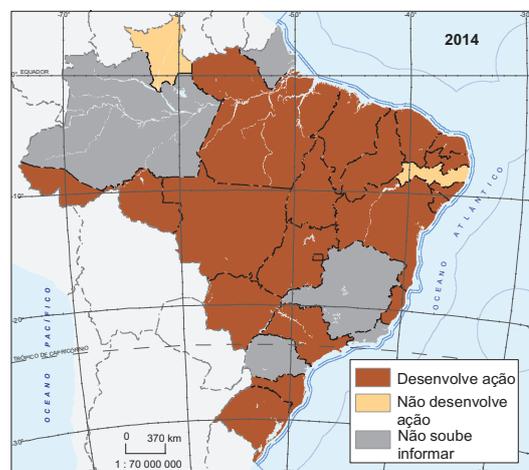
**Intermediação de mão de obra**



**Assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos**

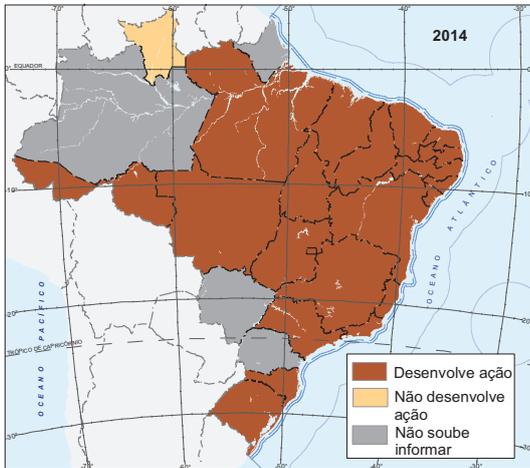


**Assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos urbanos**

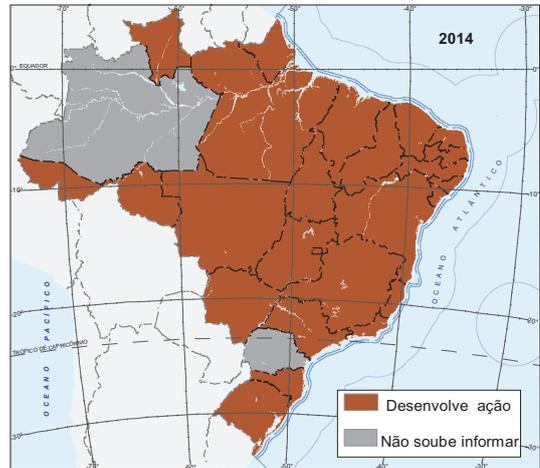


**Cartograma 2 - Unidades da Federação que desenvolveram ação de inclusão produtiva urbana - 2014**  
(conclusão)

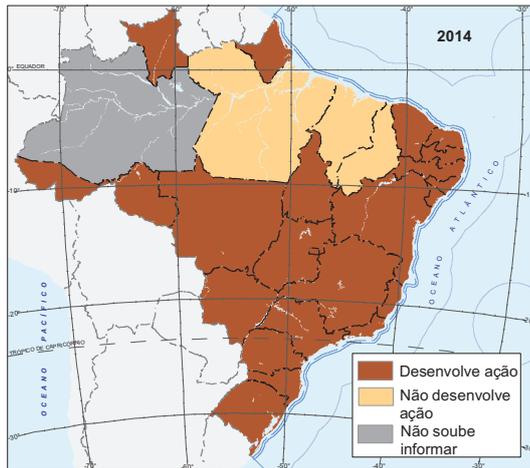
**Fomento a empreendimentos individuais urbanos**



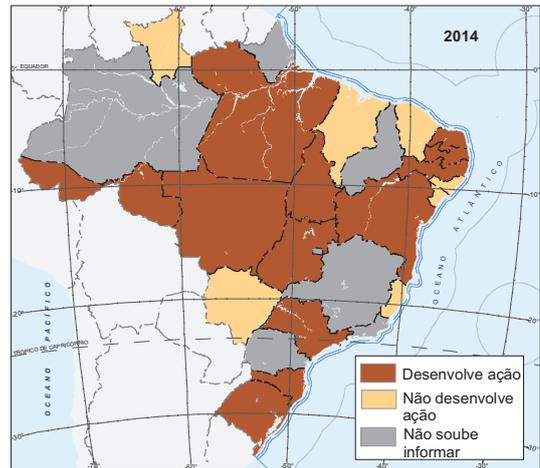
**Fomento a empreendimentos coletivos urbanos**



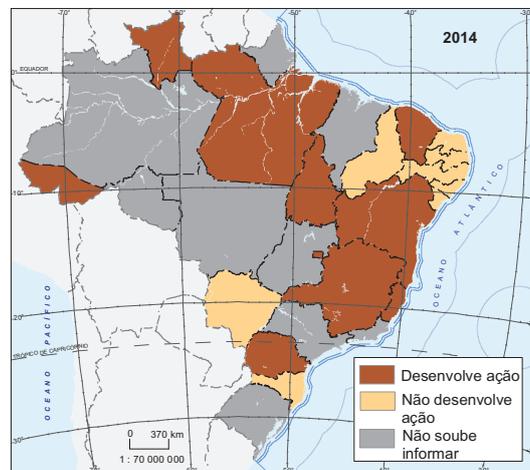
**Fomento a artesanato**



**Incubação de empreendimentos**

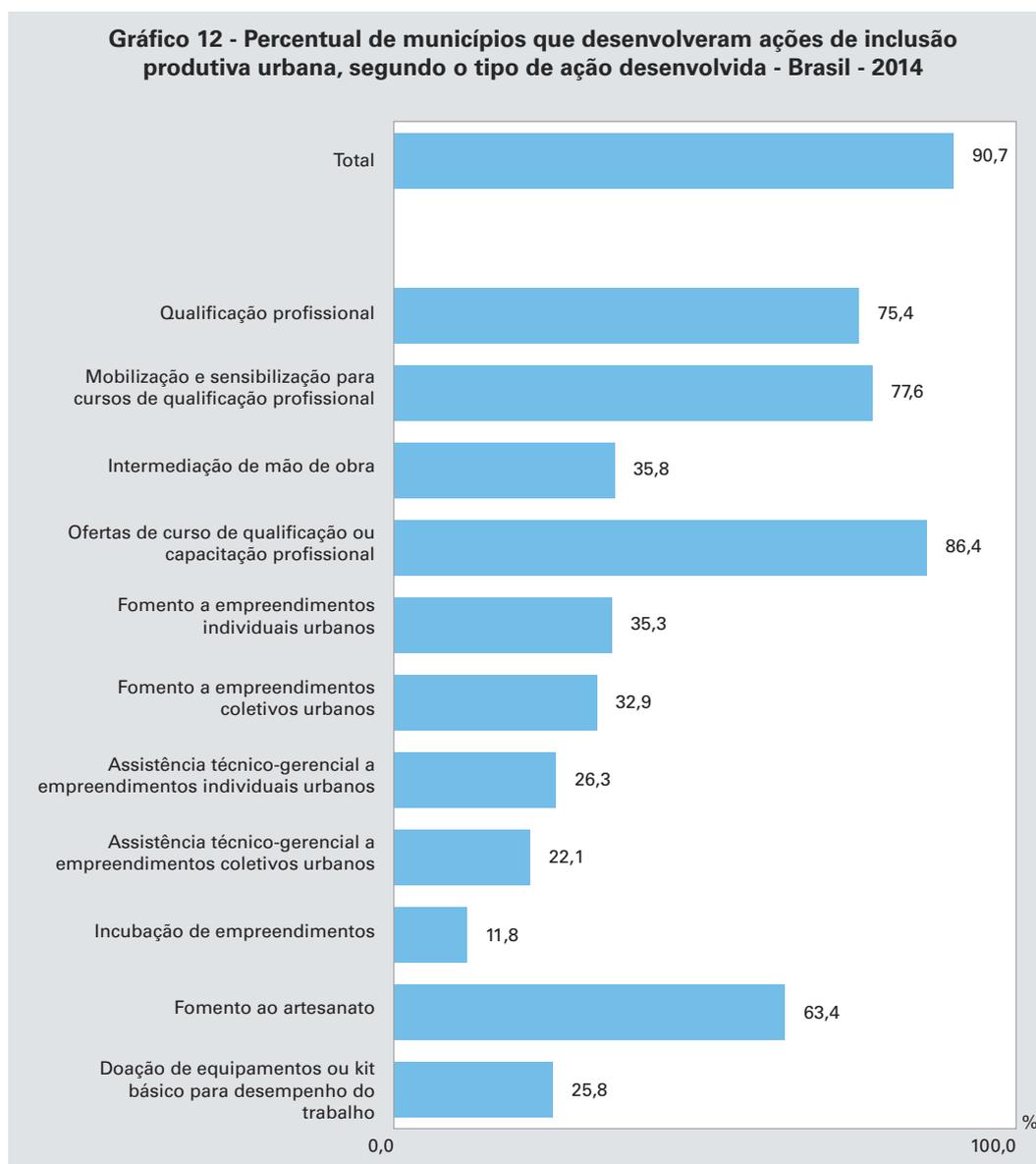


**Doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Em 2014, 5 054 (90,7%) municípios brasileiros implementaram alguma ação de inclusão produtiva urbana. As ações citadas pelo maior número de gestões municipais foram as relacionadas à qualificação e capacitação profissional, padrão muito semelhante ao das Unidades da Federação.

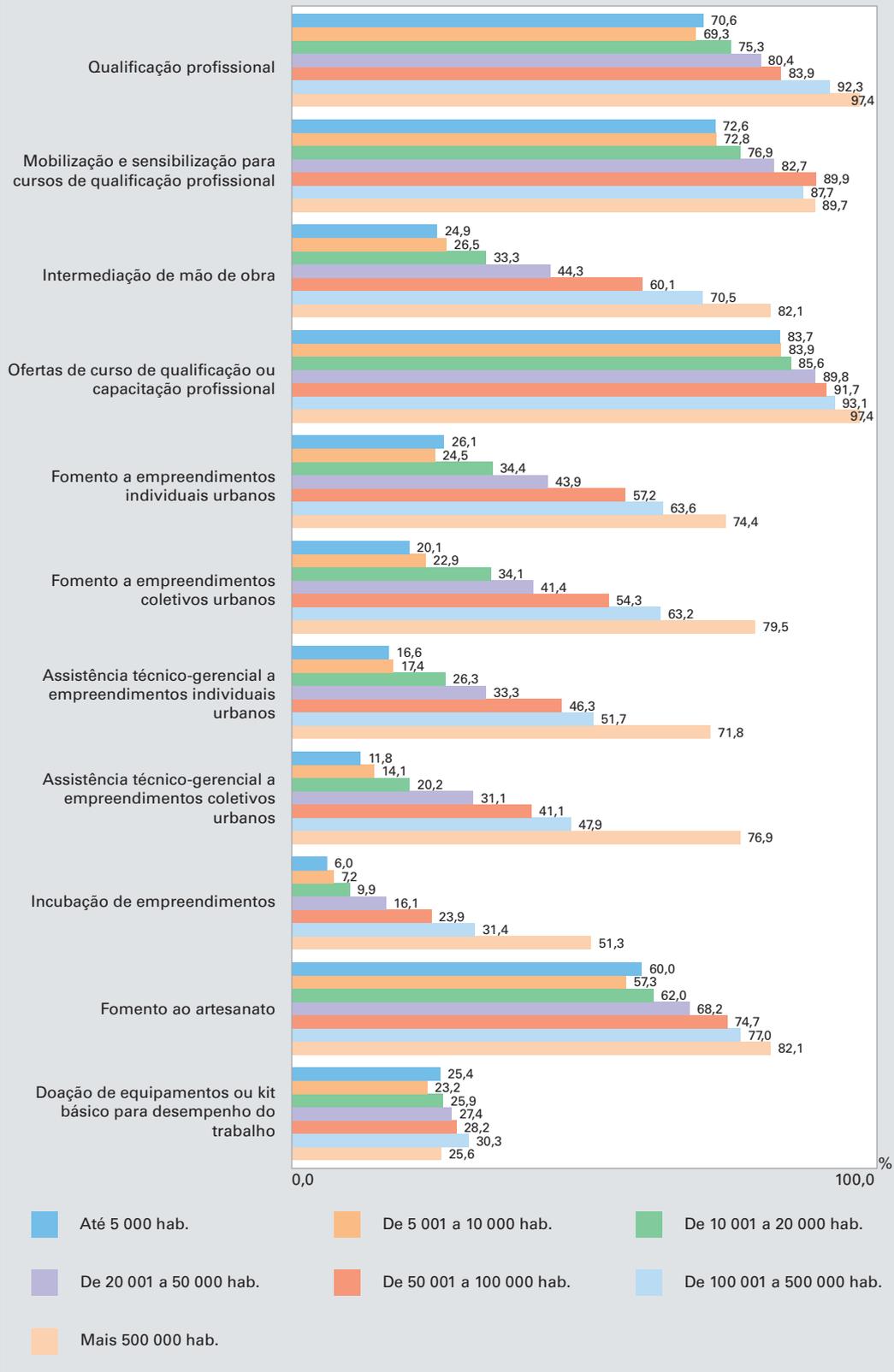


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

A oferta de cursos de qualificação ou capacitação profissional foi a ação mais citada pelos municípios de todas as classes de tamanho da população, assim como as ações de qualificação profissional e mobilização e sensibilização para cursos de qualificação profissional, o que mostra que as ações relacionadas à qualificação profissional possuem capilaridade territorial.

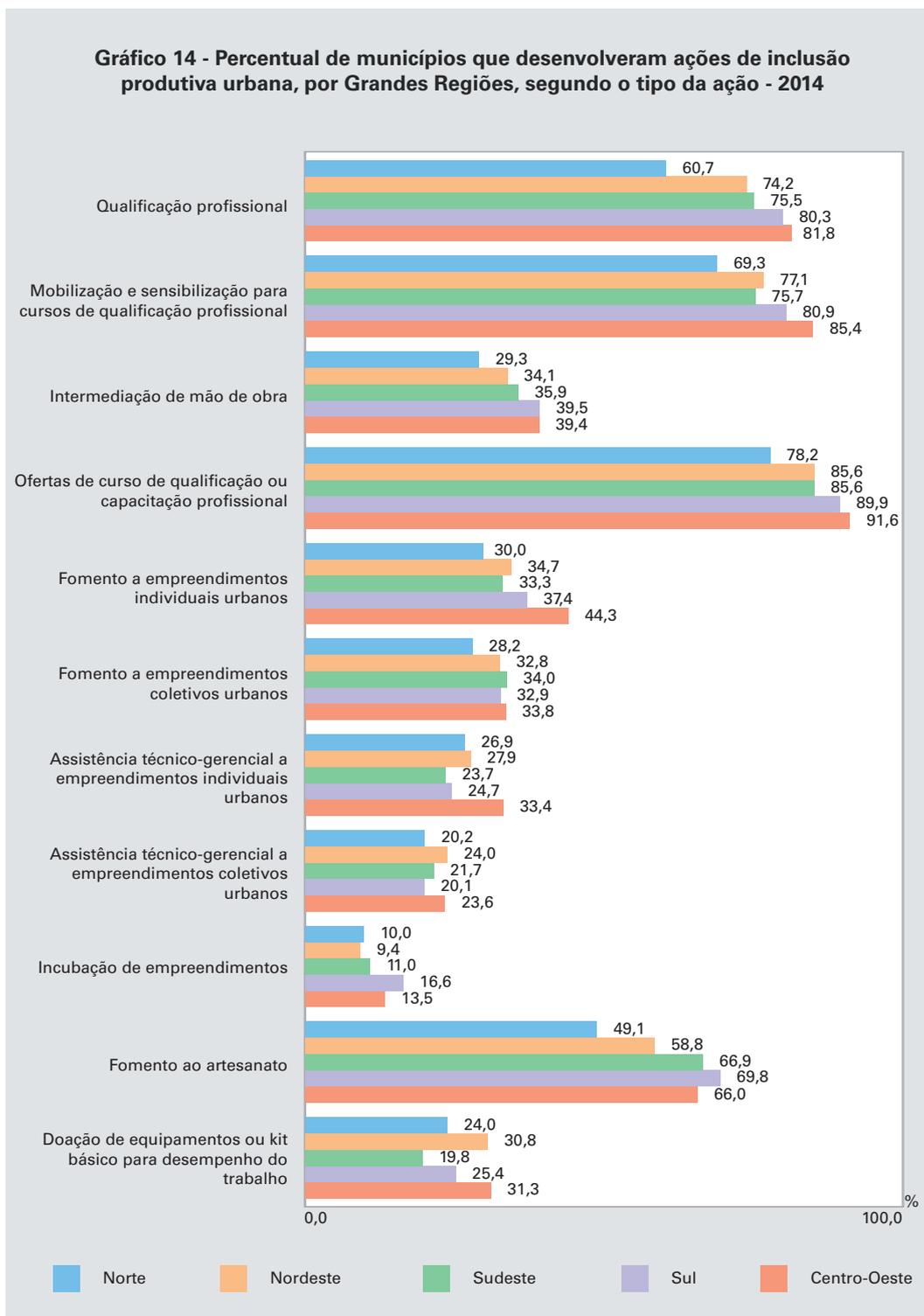
O fomento ao artesanato também se destaca pelo percentual de municípios que declarou ter implementado esta ação em todas as classes de tamanho da população.

**Gráfico 13 - Percentual de municípios que desenvolveram ações de inclusão produtiva urbana, por classes de tamanho da população dos municípios, segundo o tipo de ação - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Por Grandes Regiões, na Região Norte o percentual de municípios que desenvolveu ação de assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos foi superior aos das Regiões Sudeste e Sul.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

## Público-alvo das ações de inclusão produtiva urbana

Embora as ações de inclusão produtiva urbana sejam voltadas a todos que busquem adquirir e melhorar a qualificação profissional com o objetivo de se inserir no mercado de trabalho, ou empreender um negócio individual ou coletivo, as instituições responsáveis pela execução de tal política, tanto na esfera estadual quanto na municipal, atuam principalmente direcionando as ações para grupos socioeconomicamente vulneráveis da população. Tal atuação se deve à dificuldade crônica de inserção desse segmento no mercado de trabalho de forma regular.

Entre os grupos beneficiários estavam os inscritos no CadÚnico, os beneficiários do programa Bolsa Família, desempregados, população em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, egressos de cursos de qualificação e capacitação profissional e outros.

Os inscritos no CadÚnico e os beneficiários do programa Bolsa Família, em 23 Unidades da Federação e os desempregados em 20 Unidades da Federação, foram os públicos privilegiados pelas ações das administrações estaduais. Entre as ações implementadas, as relacionadas à mobilização e sensibilização para cursos de qualificação profissional e intermediação de mão de obra foram as mencionadas por maior número de Unidades da Federação. Apenas sete administrações estaduais declararam direcionar ações de qualificação profissional para a população em situação de rua.

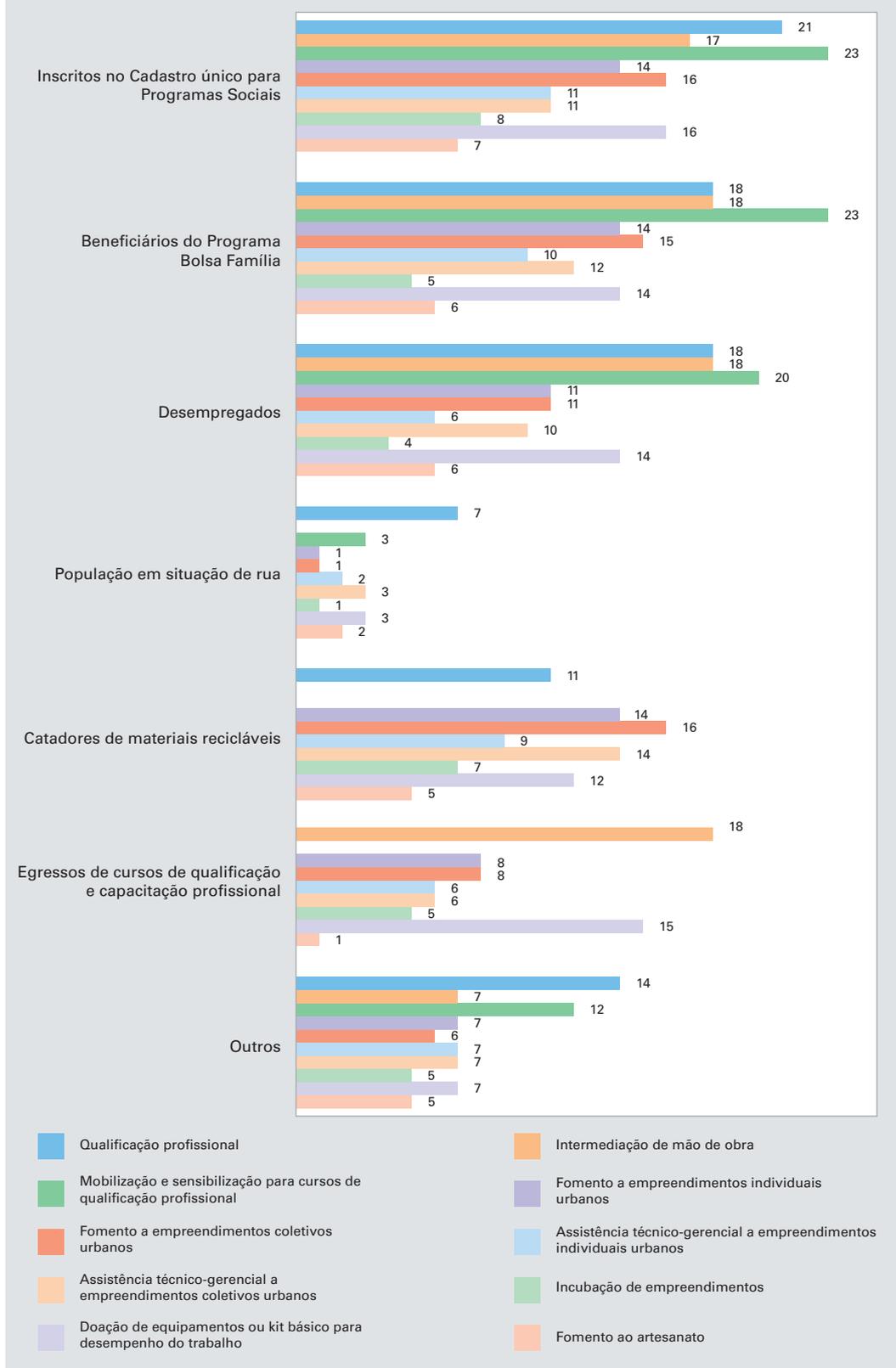
**Tabela 3 - Quantidade de ações desenvolvidas de inclusão produtiva urbana, por público alvo, segundo as Unidades da Federação - 2014**

| Unidades da Federação | Quantidade de ações desenvolvidas de inclusão produtiva urbana, por público alvo |   |               |   |                                    |                              |               |
|-----------------------|--|---|---------------|---|------------------------------------|------------------------------|---------------|
|                       | Inscritos no Cadastro único para Programas Sociais                               | Beneficiários do Programa Bolsa Família | Desempregados | Egressos de cursos de qualificação profissional | Catadores de materiais recicláveis | População em situação de rua | Outros grupos |
| Rondônia              | 3  | 2                                       | 1             | -   | 2                                  | 1                            | 4             |
| Acre                  | 10   | 10                                      | 8             | 1   | 7                                  | -                            | -             |
| Amazonas              | 2  | 2                                       | -             | -   | -                                  | -                            | -             |
| Roraima               | -  | 1                                       | -             | -   | -                                  | -                            | 4             |
| Pará                  | 6  | 6                                       | 3             | 1   | 4                                  | -                            | -             |
| Amapá                 | 3  | 3                                       | 5             | 2   | 1                                  | -                            | 2             |
| Tocantins             | 10   | 10                                      | 9             | 8   | 7                                  | 8                            | -             |
| Maranhão              | 5  | 4                                       | 1             | 3   | 3                                  | -                            | 1             |
| Piauí                 | 2  | 3                                       | 3             | 1   | -                                  | -                            | 7             |
| Ceará                 | 5  | 5                                       | -             | -   | -                                  | -                            | 4             |
| Rio Grande do Norte   | 7  | 6                                       | 4             | 3   | 1                                  | -                            | 4             |
| Paraíba               | 8  | 7                                       | 7             | 6   | 5                                  | -                            | 1             |
| Pernambuco            | 8  | 5                                       | 3             | 1   | 3                                  | -                            | 4             |
| Alagoas               | 4  | 4                                       | 3             | 2   | 3                                  | 1                            | 3             |
| Sergipe               | 3  | 3                                       | 5             | 2   | -                                  | -                            | 4             |
| Bahia                 | 8  | 9                                       | 9             | 1   | 4                                  | 1                            | 9             |
| Minas Gerais          | 7  | 6                                       | 7             | 4   | 3                                  | -                            | -             |
| Espírito Santo        | 8  | 7                                       | 9             | 6   | 4                                  | -                            | 2             |
| Rio de Janeiro        | -  | -                                       | -             | -   | -                                  | -                            | 1             |
| São Paulo             | 4  | 2                                       | 4             | 2   | 1                                  | 2                            | 8             |
| Paraná                | 4  | 4                                       | 1             | 1   | -                                  | 3                            | 3             |
| Santa Catarina        | 9  | 9                                       | 9             | 7   | 6                                  | -                            | 2             |
| Rio Grande do Sul     | 9  | 9                                       | 9             | 7   | 6                                  | 1                            | -             |
| Mato Grosso do Sul    | 4  | 5                                       | 4             | 1   | 2                                  | -                            | 1             |
| Mato Grosso           | 8  | 8                                       | 8             | 5   | 6                                  | 4                            | 3             |
| Goiás                 | 3  | 3                                       | 3             | 1   | 1                                  | -                            | 2             |
| Distrito Federal      | 4  | 2                                       | 3             | 2   | 3                                  | 2                            | 8             |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

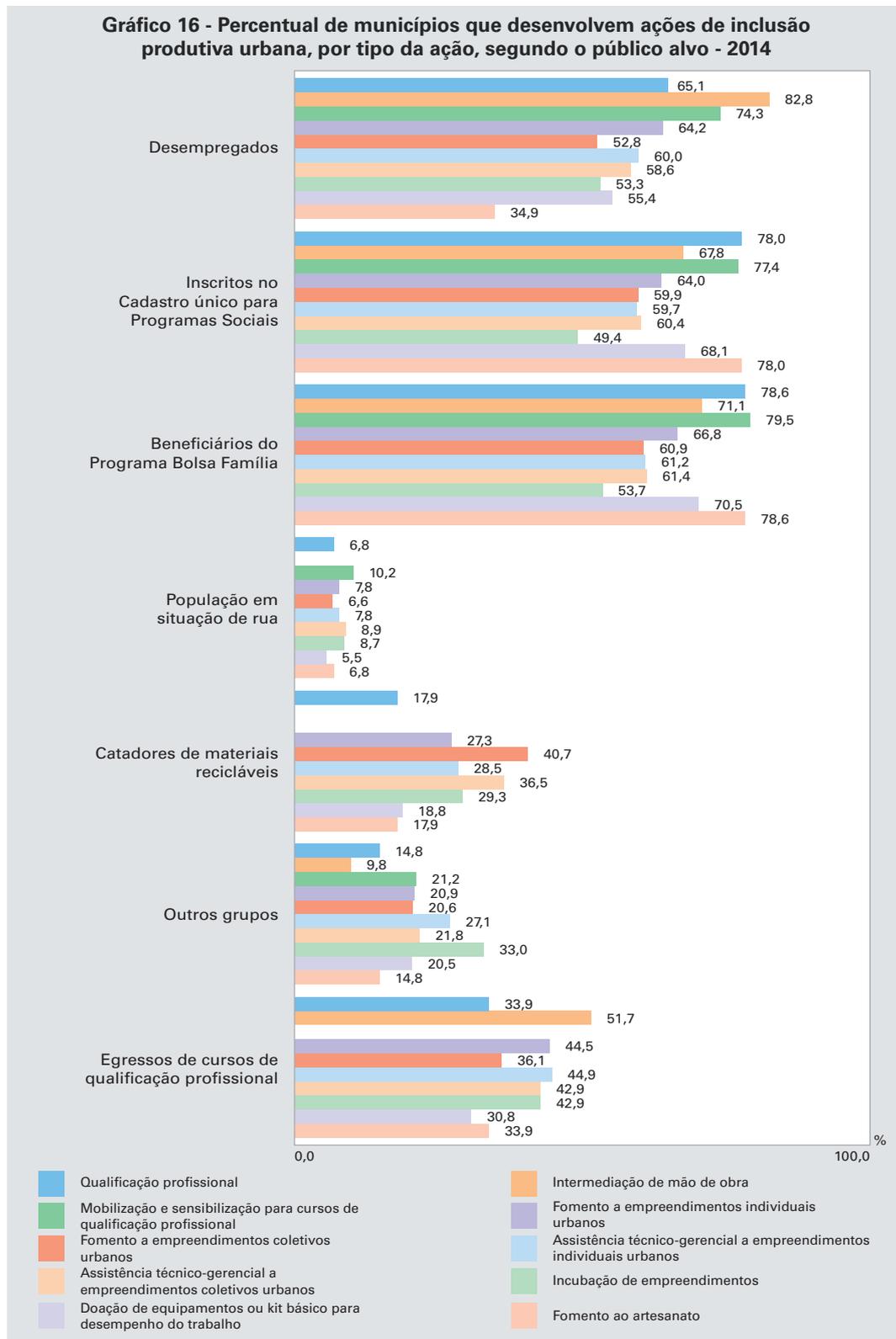
(1) Excluído o Estado do Rio de Janeiro, que não soube especificar o público alvo por ação.

**Gráfico 15 - Número de Unidades da Federação que desenvolvem ações de inclusão produtiva urbana, por tipo da ação, segundo o público alvo - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

Com relação às ações implementadas pelas gestões municipais, o comportamento é muito semelhante ao das gestões estaduais, onde o maior número de ações implementadas foi direcionada aos inscritos no CadÚnico, os beneficiários do programa Bolsa Família e os desempregados, e o menor para a população em situação de rua.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

## **Parcerias para o desenvolvimento das ações de inclusão produtiva urbana**

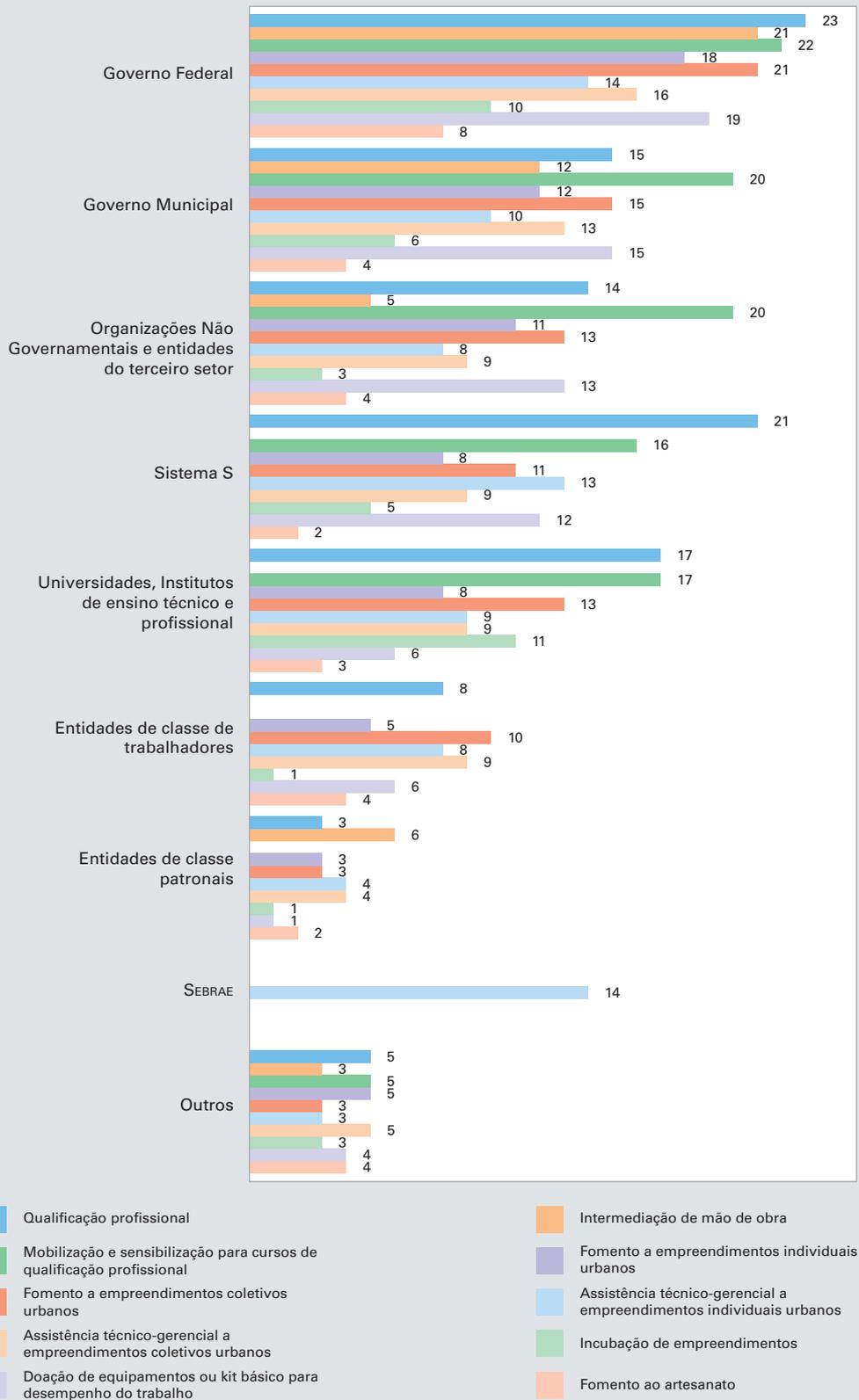
A implementação de ações de inclusão produtiva requer a atuação conjunta de diversos órgãos e instituições. Muitos programas possuem concepção e financiamento na esfera federal, mas gestão na esfera de estados e municípios, ou execução por entidades do terceiro setor, além de apoio técnico de outras instituições. Assim, ações de capacitação e qualificação profissional têm sido implementadas por estados e municípios por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, do governo federal, que opera também em parceria com as entidades do Sistema S e os institutos federais de ensino técnico e tecnológico, além da rede de escolas técnicas estaduais.

A oferta de cursos de qualificação possui articulação com a ação de intermediação de mão de obra, por meio, sobretudo, do Sistema Nacional de Emprego - SINE, e expressa a ligação entre a qualificação e a colocação no mercado de trabalho.

Na linha de fomento, incubação e assistência a empreendimentos urbanos, governos federal, estadual e municipal implementam ações em parceria com outras instituições, como universidades, institutos de ensino técnico e Sistema S com o objetivo de estimular a ampliação e o fortalecimento dos pequenos negócios e apoiar o microempreendedor individual (MEI) e coletivo. Estados e municípios desenvolvem ações para formalizar os micro empreendimentos e prestar assistência técnico-gerencial, ações estas que contam com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

No âmbito estadual, os principais parceiros na implementação das ações de inclusão produtiva foram os governos federal e municipais, as ONGs e entidades do terceiro setor e o Sistema S, sendo o governo federal o parceiro no maior número de Unidades da Federação em todas as ações. O SEBRAE foi parceiro na implementação de ações de assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos em 14 estados.

**Gráfico 17 - Número de Unidades da Federação que desenvolvem ações de inclusão produtiva urbana, por tipo da ação, segundo o parceiro institucional - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

**Tabela 4 - Quantidade de ações desenvolvidas de inclusão produtiva urbana, por parceiro institucional, segundo as Unidades da Federação - 2014**

| Unidades da Federação | Quantidade de ações desenvolvidas de inclusão produtiva urbana, por parceiro institucional |                   |  |  |           |                                      |                               |        |
|-----------------------|--|-------------------|--|--|-----------|--------------------------------------|-------------------------------|--------|
|                       | Governo Federal  | Governo municipal | Organizações Não Governamentais e entidades do setor | Universidades, Institutos de ensino técnico e profissional | Sistema S | Entidades de classe de trabalhadores | Entidades de classe patronais | Outros |
| Rondônia              | 4  | 6                 | 1  | 1  | 2         | -                                    | -                             | 2      |
| Acre                  | 9  | 4                 | -  | 7  | 7         | 2                                    | 2                             | -      |
| Amazonas              | 2  | 2                 | 2  | 1  | -         | 1                                    | 1                             | -      |
| Roraima               | 5  | 1                 | 1  | 1  | 2         | 1                                    | -                             | 1      |
| Pará                  | 6  | 6                 | 5  | 1  | -         | 1                                    | 1                             | 6      |
| Amapá                 | 5  | -                 | -  | -  | -         | -                                    | -                             | -      |
| Tocantins             | 10   | 10                | 8  | 8  | 9         | 7                                    | 3                             | -      |
| Maranhão              | 7  | 3                 | -  | -  | 2         | -                                    | 1                             | -      |
| Piauí                 | 3  | 2                 | 2  | -  | 2         | 1                                    | 1                             | 1      |
| Ceará                 | 8  | 3                 | 4  | -  | -         | 3                                    | 1                             | 1      |
| Rio Grande do Norte   | 8  | 7                 | 5  | 6  | 6         | 5                                    | -                             | -      |
| Paraíba               | 8  | -                 | -  | 2  | 4         | -                                    | -                             | -      |
| Pernambuco            | 8  | 7                 | 5  | 2  | 3         | 3                                    | 2                             | 1      |
| Alagoas               | 5  | 6                 | 3  | 3  | 5         | 3                                    | 4                             | 1      |
| Sergipe               | 8  | -                 | 7  | -  | 2         | 1                                    | 2                             | -      |
| Bahia                 | 7  | 3                 | 10   | 6  | 6         | 2                                    | 1                             | 6      |
| Minas Gerais          | 7  | 1                 | 1  | 2  | 2         | -                                    | -                             | -      |
| Espírito Santo        | 9  | 9                 | 4  | -  | 4         | 5                                    | -                             | -      |
| Rio de Janeiro        | 1  | 1                 | 1  | 1  | 2         | -                                    | -                             | 2      |
| São Paulo             | 5  | 8                 | 5  | 5  | 5         | 5                                    | 5                             | 6      |
| Paraná                | 3  | 3                 | 4  | 2  | 4         | 2                                    | 2                             | 2      |
| Santa Catarina        | 8  | 9                 | 1  | 6  | 3         | 1                                    | 2                             | -      |
| Rio Grande do Sul     | 9  | 8                 | 8  | 6  | 7         | 5                                    | 4                             | -      |
| Mato Grosso do Sul    | 6  | 6                 | 6  | 1  | 3         | 6                                    | 4                             | -      |
| Mato Grosso           | 8  | 8                 | 8  | 7  | 7         | 7                                    | 7                             | 3      |
| Goiás                 | 5  | 4                 | 1  | 3  | 8         | 2                                    | -                             | 1      |
| Distrito Federal      | 8  | 5                 | 4  | 5  | 7         | 5                                    | 1                             | 7      |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

Na esfera municipal, o governo federal foi o principal parceiro responsável pela implementação das ações de inclusão produtiva, seguido do governo estadual e do Sistema S, respectivamente. A ação de maior parceria do governo federal foi a de qualificação profissional, em grande parte através do PRONATEC. O Sistema S apoiou principalmente as ações de assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos urbanos, estabelecendo parceria com 49,7% (2 512) dos municípios, e o SEBRAE fez parceria com 70,0% (3 538) dos municípios para implementar ações de assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos.

Na implementação das ações de fomento ao artesanato, incubação de empreendimentos e assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos, prevaleceu a parceria com o governo estadual.

Chama a atenção o percentual de municípios com outros parceiros para o desenvolvimento o fomento a empreendimentos individuais urbanos, 88,2% (4 458).

**Tabela 5 - Percentual de municípios que desenvolvem ações de inclusão produtiva urbana, por parceiro institucional, segundo o tipo de ação - Brasil - 2014**

| Tipo de ação  | Percentual de municípios que desenvolvem ações de inclusão produtiva urbana, por parceiro institucional (%) |                  |   |           |   |                                      |                               |        |        |
|---|---|------------------|---|-----------|---|--------------------------------------|-------------------------------|--------|--------|
|   | Governo Federal   | Governo Estadual | Organizações Não Governamentais e entidades do terceiro setor | Sistema S | Universidades e Institutos de ensino técnico e profissional | Entidades de classe de trabalhadores | Entidades de classe patronais | Outros | SEBRAE |
| Qualificação profissional   | 78,2  | 53,3             | 11,6  | 38,7      | 25,9  | 16,6                                 | 12,9                          | 6,9    | -      |
| Intermediação de mão de obra  | 67,9  | 53,0             | 13,1  | -         | -   | -                                    | 19,8                          | 20,6   | -      |
| Mobilização e sensibilização para cursos de qualificação profissional | 69,3  | 60,4             | 13,4  | 44,2      | -   | 31,5                                 | -                             | 13,3   | -      |
| Fomento a empreendimentos individuais urbanos                         | 64,9  | 62,4             | 15,4  | 47,6      | 16,9  | 17,1                                 | 12,7                          | 88,2   | -      |
| Fomento a empreendimentos coletivos urbanos                           | 66,1  | 65,0             | 24,2  | 39,6      | 17,4  | 21,8                                 | 12,8                          | 12,5   | -      |
| Assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos   | 51,8  | 53,5             | 14,1  | 29,8      | 17,0  | 16,5                                 | 13,2                          | 9,2    | 70,0   |
| Assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos urbanos     | 60,4  | 60,6             | 19,6  | 49,7      | 20,5  | 21,4                                 | 13,2                          | 12,8   | -      |
| Incubação de Empreendimentos  | 57,4  | 61,3             | 19,9  | 41,5      | 28,3  | 19,9                                 | 15,6                          | 13,8   | -      |
| Doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho      | 69,0  | 64,4             | 10,4  | 20,7      | 7,7   | 11,8                                 | 5,0                           | 11,8   | -      |
| Fomento ao Artesanato   | 56,0  | 59,7             | 18,1  | 30,5      | 10,0  | 16,3                                 | 8,1                           | 16,4   | -      |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

## Ações de crédito, microcrédito e seguro e projetos de geração de trabalho e renda

Parte das ações voltadas à inclusão produtiva urbana, compreende a concessão de crédito, microcrédito e seguros, além de projetos de geração de trabalho e renda. Com o propósito de colaborar com a diversidade de soluções já colocadas em prática pelos mais pobres como formas de garantir renda, essas ações têm como principais objetivos, ampliar o microcrédito produtivo orientado, aumentar as linhas de crédito e ampliar o apoio aos empreendimentos de economia solidária e ao cooperativismo.

A promoção do acesso ao crédito, microcrédito e ao seguro possibilita a ampliação de oportunidades para realização de negócios formais e informais no contexto local. Os projetos de geração de trabalho e renda, complementares às ações de incentivo ao microempreendedorismo, visam apoiar a economia solidária no País, como modelo de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob forma de autogestão e entendida como alternativa para geração de trabalho e renda. Assim, a economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de

produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

As ações de promoção ao acesso ao crédito, microcrédito e ao seguro e os projetos de geração de trabalho e renda pesquisados pelas Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC e Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2014 foram:

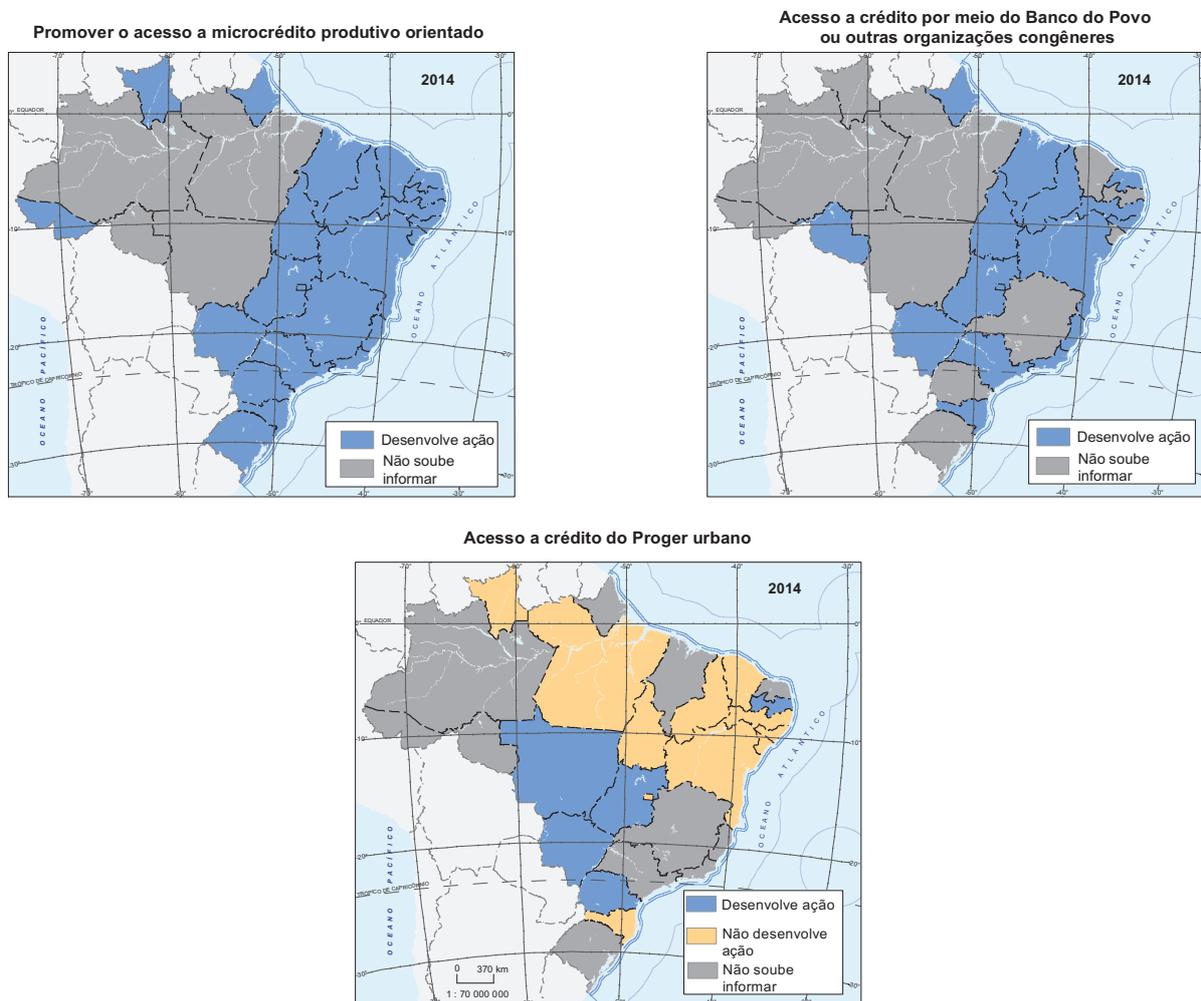
**Quadro 4 - Quadro descritivo das principais ações de promoção ao crédito, microcrédito e seguro, e projetos de geração de trabalho e renda**

| Ações  | Descrição   |
|--|---|
| Crédito, Microcrédito e Seguro   |   |
| Acesso a microcrédito produtivo orientado                                      | A promoção do acesso ao microcrédito tem como objetivo estimular a ampliação e fortalecimento de pequenos negócios e consiste em empréstimos de pequenas quantias direcionados a pessoas que não possuem acesso às linhas tradicionais de crédito oferecidas pelas instituições financeiras. Tem como principal característica a intervenção da figura do agente de crédito, responsável pelas visitas in loco aos empreendedores, a avaliação do perfil socioeconômico do empreendimento e do empreendedor popular, a análise do crédito solicitado, sua concessão, quando aprovada e seu acompanhamento posterior.  |
| Acesso a crédito por meio do Banco do Povo ou congêneres                       | O Banco do Povo é um programa de geração de emprego e renda destinado a possibilitar o acesso ao crédito a pequenos empreendedores de baixa renda, que possuam habilidades e experiências de produção e serviços e que objetivam produzir e crescer. O empréstimo varia de acordo com o negócio da pessoa interessada em adquirir o empréstimo, sendo que o valor mínimo é de R\$300 e o máximo é de R\$10 mil, com juros subsidiados (juros abaixo do mercado) e de maneira menos burocrática. Pode se destinar tanto a empreendedores formais ou informais quanto a cooperativas ou formas associativas de produção e trabalho.   |
| Acesso a crédito do PROGER Urbano  | O Programa de Geração de Emprego e Renda Urbano é um conjunto de linhas de crédito disponíveis para interessados em investir no crescimento e modernização de seu negócio ou obter recursos para o custeio de sua atividade. Enfatiza o apoio a setores intensivos em mão de obra e prioritários das políticas governamentais de desenvolvimento, além dos programas destinados a atender necessidades de investimento em setores específicos, objetivando aumentar a oferta de postos de trabalho e a geração e manutenção da renda do trabalhador. Dentre seus objetivos destacam-se o desenvolvimento de infraestrutura que propicie aumento da competitividade do País ou melhoria das condições de vida dos trabalhadores, em especial os de baixa renda, o estímulo às exportações do País, o estímulo ao adensamento das cadeias produtivas e a participação ativa na democratização do crédito produtivo popular. Financia projetos de investimento de associações e cooperativas urbanas e seus respectivos associados e cooperados, formados por micro e pequenas empresas. |
| Projetos de geração de trabalho e renda  |   |
| Apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários | Refere-se ao desenvolvimento de projetos por parte dos governos de apoio à comercialização de produtos e serviços de empreendimentos. Tratam-se de projetos voltados ao desenvolvimento de plano de negócios, apoio na elaboração de projetos para acesso a fundos públicos e/ou privados, projetos de gestão de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários, entre outros.   |
| Apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária                   | Economia solidária é definida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão. Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de trocas, empresas autogestionárias, redes de cooperação.   |

Fontes: 1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2. Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As ações de acesso ao crédito através de outras instituições como o Banco do Povo ou outras organizações congêneres, voltadas à oferta de microfinanças a empreendedores populares e de baixa renda, foram informadas por 16 Unidades da Federação. Já o acesso ao crédito através dos Programas de Geração de Emprego e Renda - PROGER Urbano, destinados a atividades intensivas em mão de obra e na modernização de setores específicos, foi praticado em cinco estados.

**Cartograma 3 - Unidades da Federação que desenvolveram ação voltadas ao crédito, microcrédito e seguro - 2014**



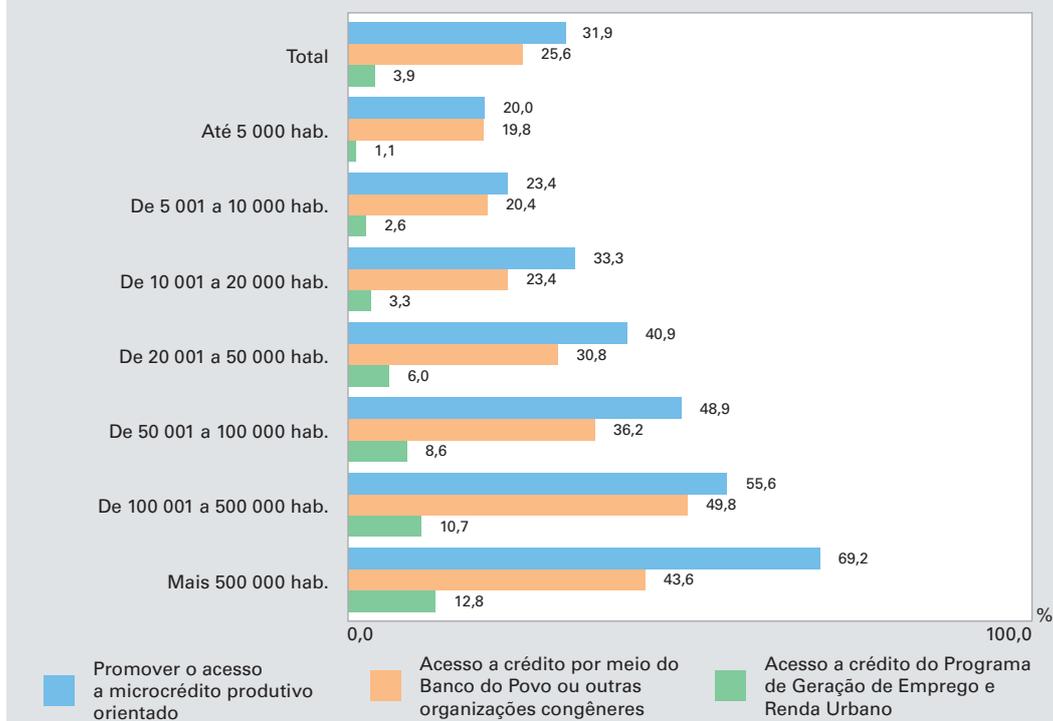
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Quando observados os municípios que desenvolvem as ações de crédito, microcrédito e seguro, 31,9% (1 777) desenvolvem ações de promoção do acesso ao microcrédito produtivo orientado, 25,6% (1 424) ações de acesso a crédito por meio do Banco do Povo ou outras organizações congêneres e 3,9% (219) ações de acesso a crédito do PROGER Urbano.

Observa-se que a presença das ações era diretamente proporcional à classe de tamanho da população do município, ou seja, quanto maior a classe, maior a proporção de municípios com alguma ação de crédito, microcrédito e seguro.

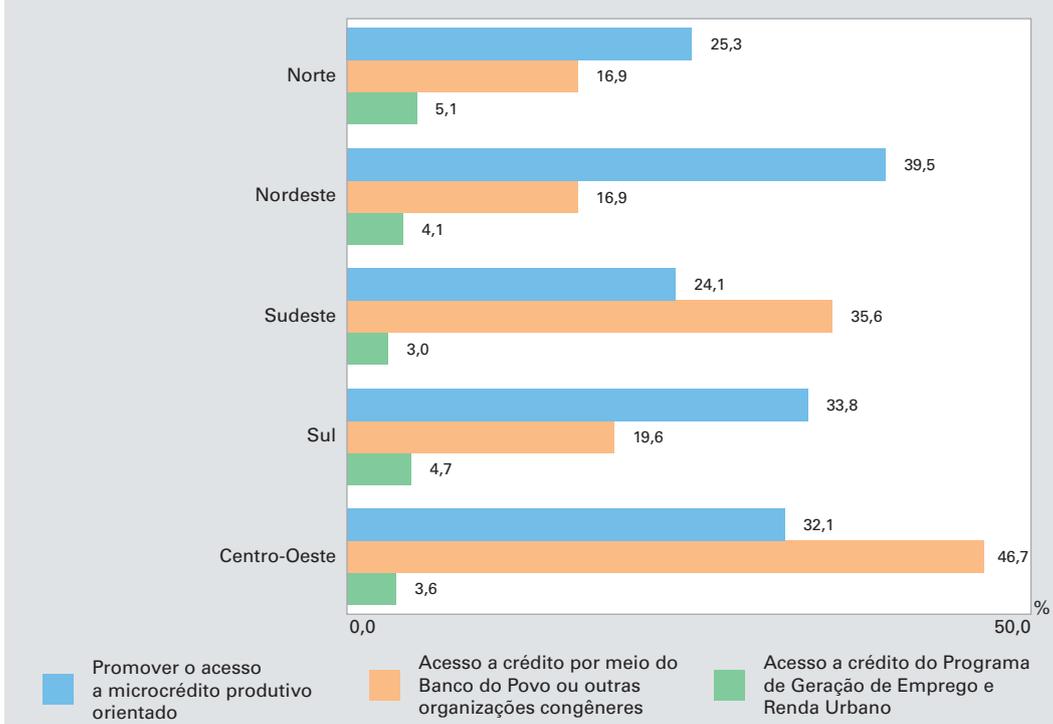
As ações de crédito por meio do Banco do Povo ou outras organizações congêneres estavam mais presentes nos municípios da Região Centro-Oeste, enquanto as ações de promoção do acesso ao microcrédito produtivo orientado estavam na Região Nordeste.

**Gráfico 18 - Percentual de municípios que desenvolvem ações de crédito, microcrédito e seguro, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

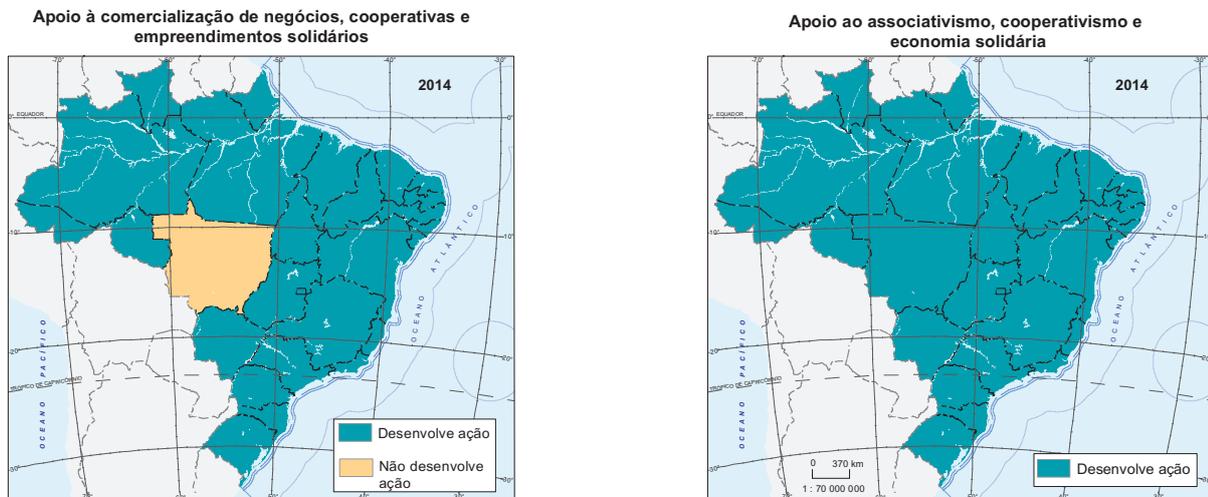
**Gráfico 19 - Percentual de municípios que desenvolvem ações de crédito, microcrédito e seguro, segundo as Grandes Regiões - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Em relação aos projetos de geração de trabalho e renda desenvolvidos pelas Unidades da Federação, observa-se que as ações de apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária são desenvolvidas em todos os estados, e os projetos de apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários, em 26 Unidades da Federação.

**Cartograma 4 – Unidades da Federação que desenvolveram projetos de geração de trabalho e renda - 2014**



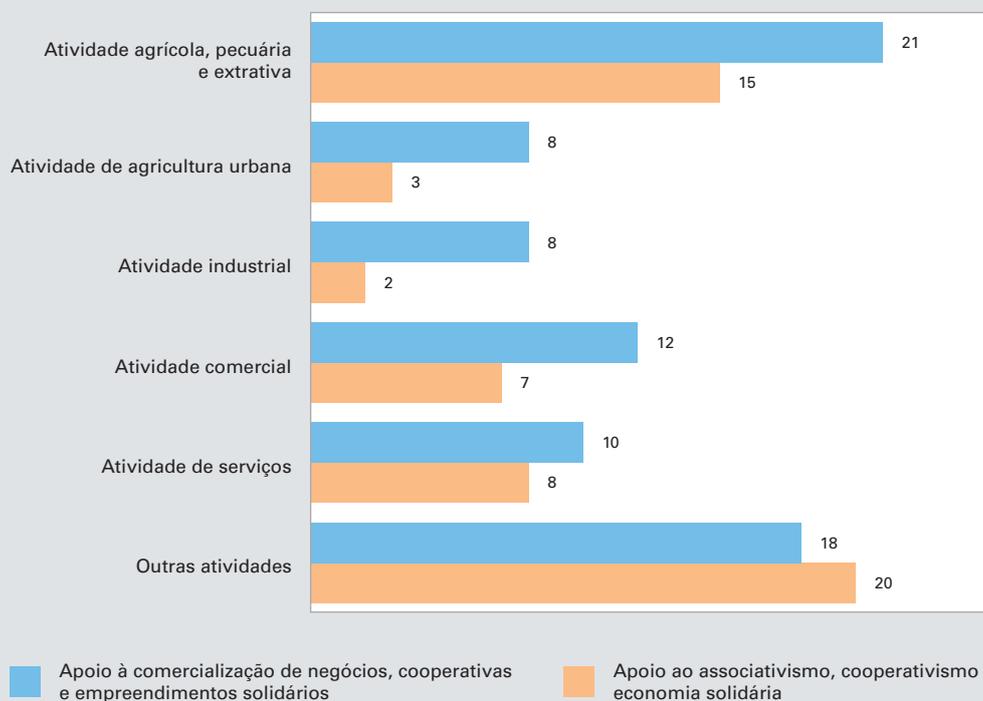
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A economia solidária busca promover as capacidades e criar oportunidades de obtenção de renda através do trabalho para as pessoas em situação de extrema pobreza, além de visar a promoção do desenvolvimento sustentável local e territorial.

Em 2014, os projetos de apoio à comercialização e de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários, na área de atividade agrícola, pecuária e extrativa estavam sendo desenvolvidos em 21 Unidades da Federação. Projetos desse tipo voltados à atividade de agricultura urbana e industrial eram desenvolvidos em oito Unidades da Federação. Os de apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária voltados à atividade agrícola, agropecuária e extrativa eram desenvolvidos em 15 estados. Os projetos dessa natureza voltados à atividade industrial eram desenvolvidos apenas em Alagoas e no Piauí.

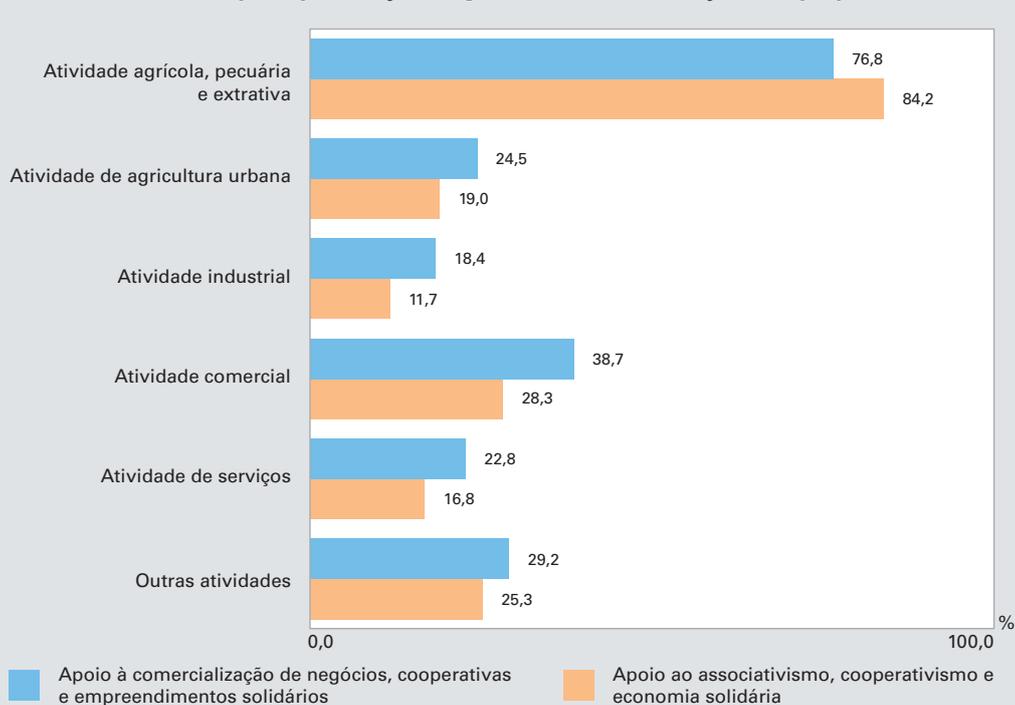
Quando observados os projetos desenvolvidos em âmbito municipal, vê-se que também as ações voltadas à atividade agrícola, pecuária e extrativa foram as mais desenvolvidas nos dois tipos de projetos – 76,8% desenvolvem projetos de apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários e 84,2% dos municípios desenvolvem projetos de apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária. Os projetos voltados à atividade industrial apresentaram os menores percentuais em ambos os tipos de projeto – 18,4% de municípios no primeiro e 11,7% no segundo tipo.

**Gráfico 20 - Número de Unidades da Federação que desenvolveram projetos de geração de trabalho e renda, por tipo de ação, segundo a área de atuação dos projetos - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

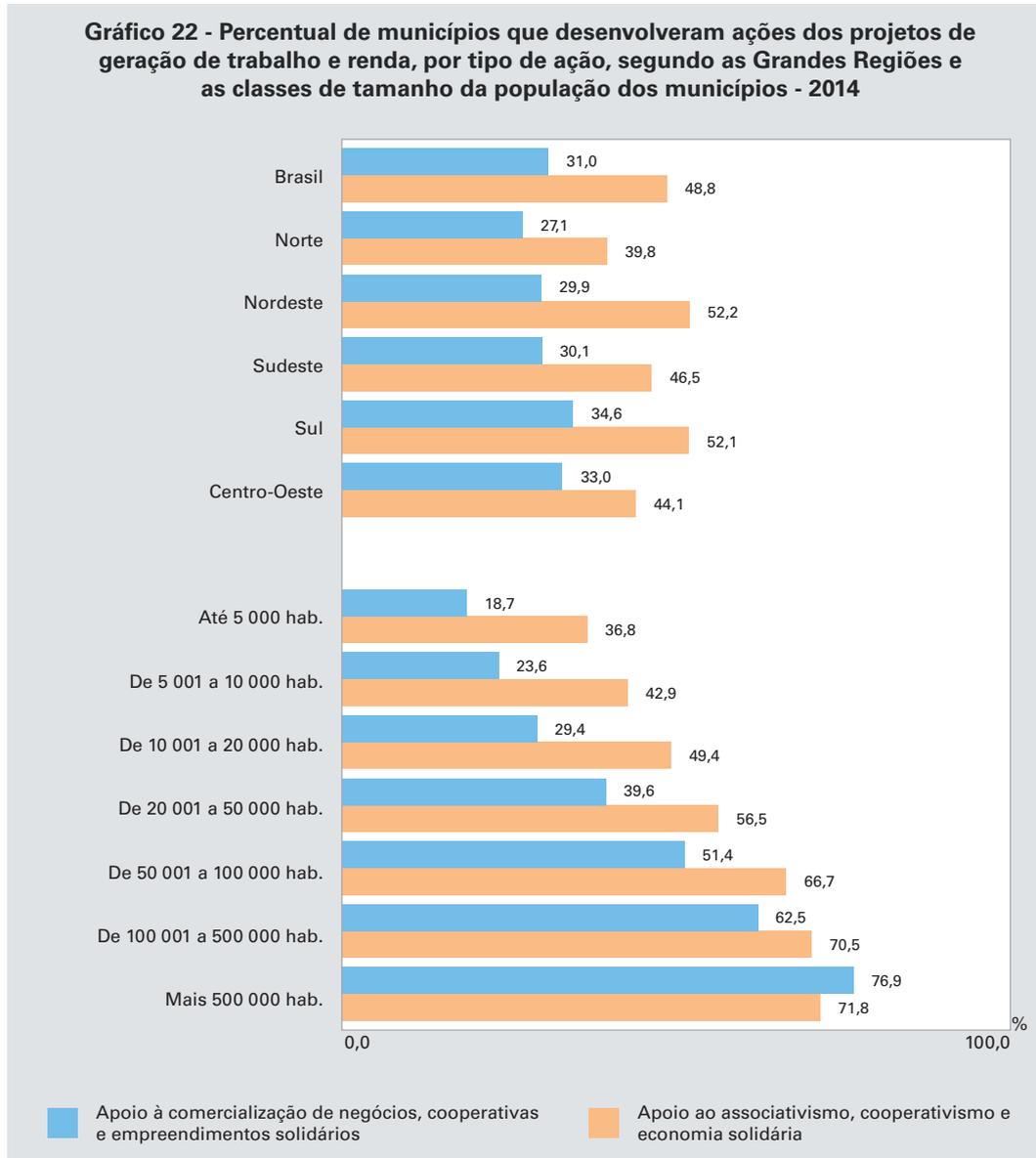
**Gráfico 21 - Percentual de municípios que desenvolveram projetos de geração de trabalho e renda, por tipo de ação, segundo a área de atuação dos projetos - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Já em relação às ações dos projetos de geração de trabalho e renda, 31,0% (1 726) desenvolvem ações de apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários e 48,8% (2 717) desenvolvem ações de apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária.

**Gráfico 22 - Percentual de municípios que desenvolveram ações dos projetos de geração de trabalho e renda, por tipo de ação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2014**



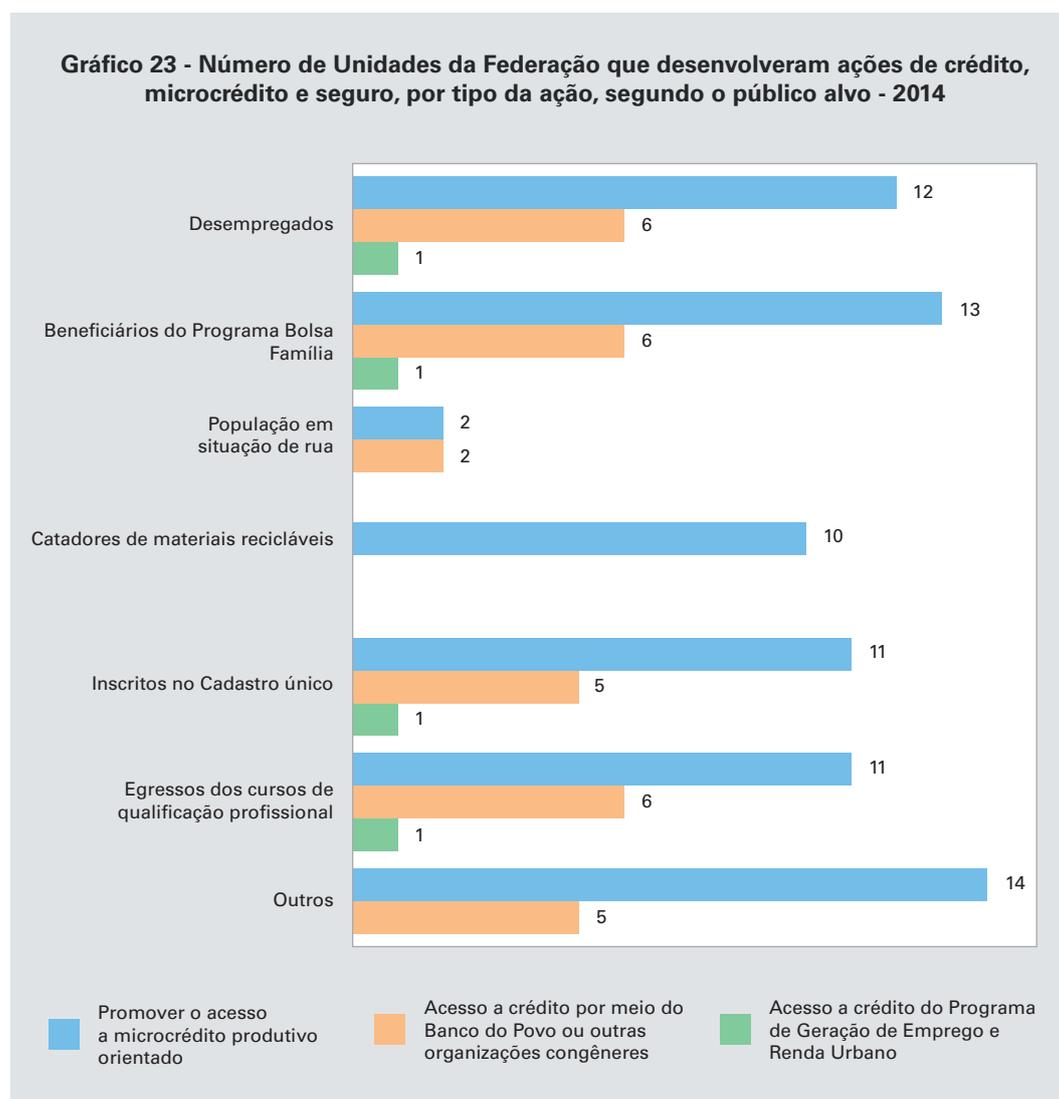
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

### Público-alvo das ações de crédito, microcrédito e seguro

As ações de inclusão produtiva voltadas à distribuição de crédito, microcrédito e seguro, são voltadas à população mais pobre identificada em sua diversidade, possibilitando o ajuste de ações de acordo com as demandas de cada parcela desse conjunto de pessoas. O acesso ao microcrédito para este público, independentemente de sua modalidade ou a origem do financiamento, se baseia em taxas de juros e de abertura de crédito reduzidas.

Tendo em vista a possibilidade de gerar trabalho e renda, o público priorizado desse tipo de ação se compõe, mais uma vez, pelos desempregados, pelos inscritos no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal), pelos beneficiários do programa Bolsa Família, pelos egressos dos cursos de qualificação profissional, pelos catadores de materiais recicláveis e pela população em situação de rua, dentre outros.

Entre os grupos beneficiários de ações de inclusão produtiva voltadas à distribuição de crédito, microcrédito e seguro, os desempregados, os atendidos pelo programa Bolsa Família e outros grupos não especificados foram os atendidos pelo maior número das Unidades da Federação na ação de acesso ao microcrédito produtivo orientado. Apenas os Estados do Piauí e Tocantins destinavam ação à população em situação de rua.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

**Tabela 6 - Quantidade de ações desenvolvidas de crédito, microcrédito e seguro, por público alvo, segundo as Unidades da Federação - 2014**

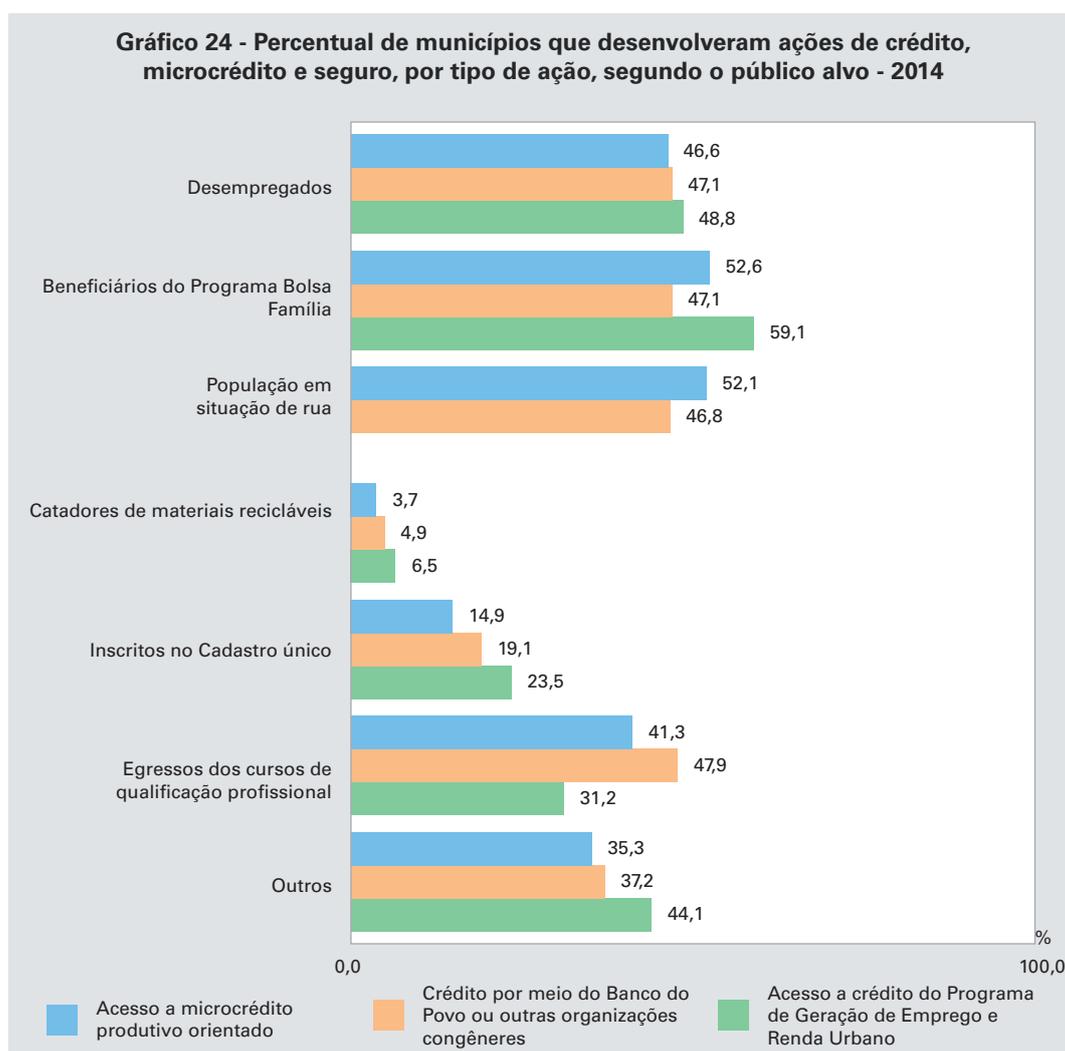
| Unidades da Federação  | Quantidade de ações desenvolvidas de crédito, microcrédito e seguro, por público alvo |  |   |   |                                    |                              |               |
|------------------------|---|--|---|---|------------------------------------|------------------------------|---------------|
|                        | Desempregados   | Inscritos no Cadastro único para Programas Sociais | Beneficiários do Programa Bolsa Família | Egressos de cursos de qualificação profissional | Catadores de materiais recicláveis | População em situação de rua | Outros grupos |
| Rondônia               | -   | -  | -                                       | -   | -                                  | -                            | -             |
| Acre                   | -   | 1  | 1                                       | -   | -                                  | -                            | -             |
| Amazonas               | -   | -  | -                                       | -   | -                                  | -                            | -             |
| Roraima                | -   | -  | -                                       | -   | -                                  | -                            | 1             |
| Pará                   | -   | -  | -                                       | -   | -                                  | -                            | -             |
| Amapá                  | 2   | 2  | 2                                       | 2   | 2                                  | -                            | -             |
| Tocantins              | 2   | 2  | 2                                       | 2   | 2                                  | 2                            | -             |
| Maranhão               | 2   | -  | -                                       | 2   | -                                  | -                            | 1             |
| Piauí                  | 1   | -  | -                                       | 1   | -                                  | -                            | 1             |
| Ceará                  | -   | -  | -                                       | -   | -                                  | -                            | 1             |
| Rio Grande do Norte    | -   | -  | 1                                       | -   | -                                  | -                            | 2             |
| Paraíba                | 1   | 1  | 1                                       | 1   | 1                                  | -                            | -             |
| Pernambuco             | -   | -  | -                                       | 2   | 2                                  | -                            | 2             |
| Alagoas                | -   | -  | -                                       | -   | -                                  | -                            | 2             |
| Sergipe                | 1   | -  | -                                       | 1   | -                                  | -                            | 1             |
| Bahia                  | 1   | 1  | 1                                       | -   | 1                                  | -                            | 1             |
| Minas Gerais           | 1   | 1  | 1                                       | 1   | 1                                  | -                            | -             |
| Espírito Santo         | 2   | 2  | 2                                       | -   | 2                                  | -                            | 2             |
| Rio de Janeiro         | -   | -  | -                                       | -   | -                                  | -                            | 1             |
| São Paulo              | 1   | 1  | 1                                       | 1   | 1                                  | 1                            | 2             |
| Paraná                 | 2   | 2  | 2                                       | 2   | 1                                  | 1                            | 1             |
| Santa Catarina         | 2   | 2  | 2                                       | 2   | 1                                  | -                            | -             |
| Rio Grande do Sul      | 1   | 1  | 1                                       | 1   | 1                                  | -                            | 1             |
| Mato Grosso do Sul (1) | ...   | ...  | ...                                     | ...   | ...                                | ...                          | ...           |
| Mato Grosso            | -   | -  | -                                       | -   | -                                  | -                            | -             |
| Goiás                  | -   | -  | 1                                       | -   | -                                  | -                            | 3             |
| Distrito Federal       | -   | 1  | 2                                       | -   | -                                  | -                            | 2             |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

(1) As ações desenvolvidas de crédito, microcrédito e seguro, não foram direcionadas a grupo específico.

Quando analisados os públicos a quem estavam voltadas as ações de crédito, microcrédito e seguro por município, observou-se que os desempregados são o público preferencial dos três tipos de ação em 46,6%, 47,1% e 48,8% dos municípios, respectivamente.

Já os beneficiários do Programa Bolsa Família, o acesso ao PROGER Urbano foi informado por 59,1% dos municípios e o acesso ao microcrédito orientado, em 52,6%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

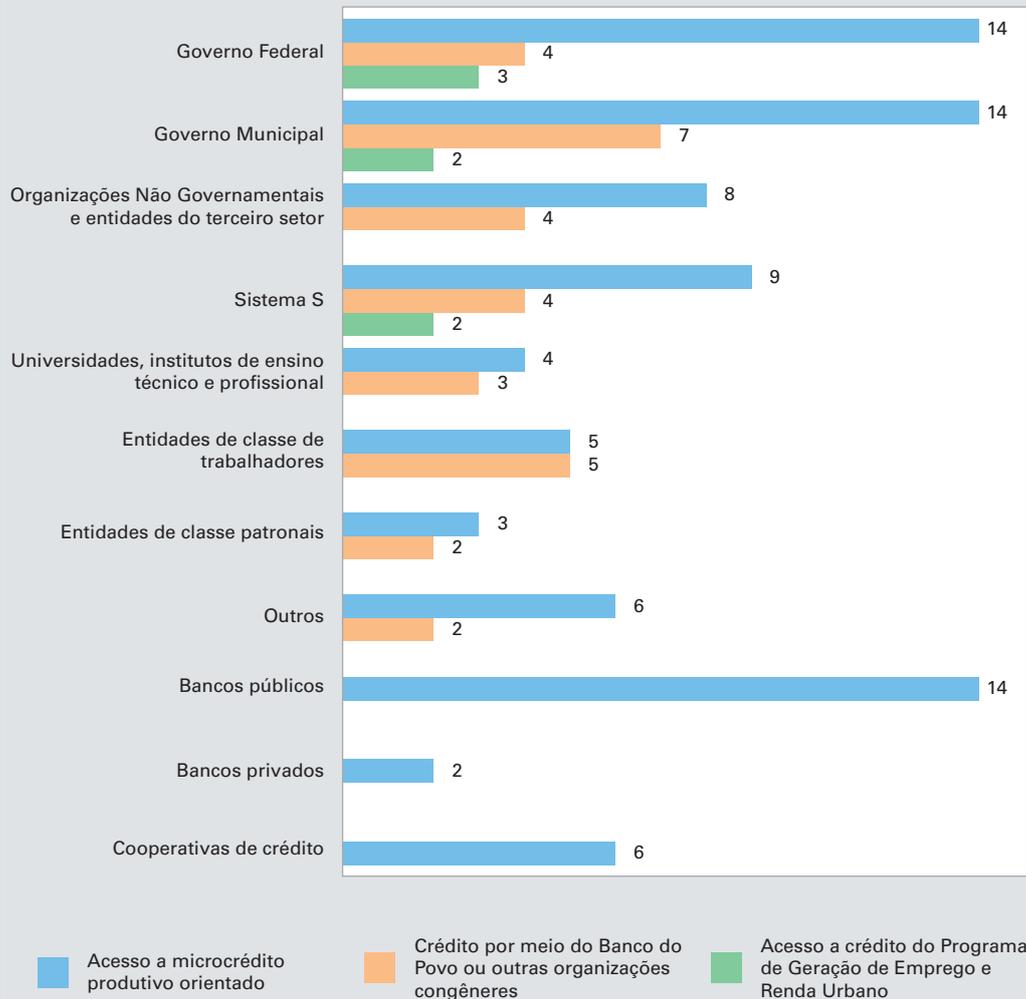
## Parcerias para o desenvolvimento das ações de inclusão produtiva urbana

As parcerias realizadas para implementação das ações de crédito, microcrédito e seguro abrangem os governos federal e municipais, as ONGs e entidades do terceiro setor, as organizações do Sistema S, as entidades de classe de trabalhadores e as entidades de classe patronais, bancos públicos, bancos privados e cooperativas de crédito, que operam a oferta de microcrédito.

Das ações de crédito, microcrédito e seguro verificadas pela ESTADIC, observa-se que o Programa Nacional ao Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO foi implementado em parceria com todas as instituições investigadas.

A ação de crédito por meio do Banco do Povo e organizações congêneres foi implementada no maior número de estados em parceria com os governos federal e municipais, ONGs e entidades do terceiro setor e Sistema S. O acesso ao crédito do PROGER Urbano foi implementado em parceria com os governos federal e municipais e com o Sistema S.

**Gráfico 25 - Número de Unidades da Federação que desenvolveram ações de crédito, microcrédito e seguro, segundo os parceiros responsáveis pela implementação das ações - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

O governo federal era o parceiro do maior número de ações no maior número de Unidades da Federação, sendo o Mato Grosso do Sul o único estado que possuía parceria com o governo federal nas três ações analisadas. Os governos municipais foram responsáveis pela implementação de duas ações no Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Paraná e no Distrito Federal. Tanto as entidades de classe patronais quanto as universidades, institutos de ensino técnico e profissional foram pouco envolvidas neste tipo de ação.

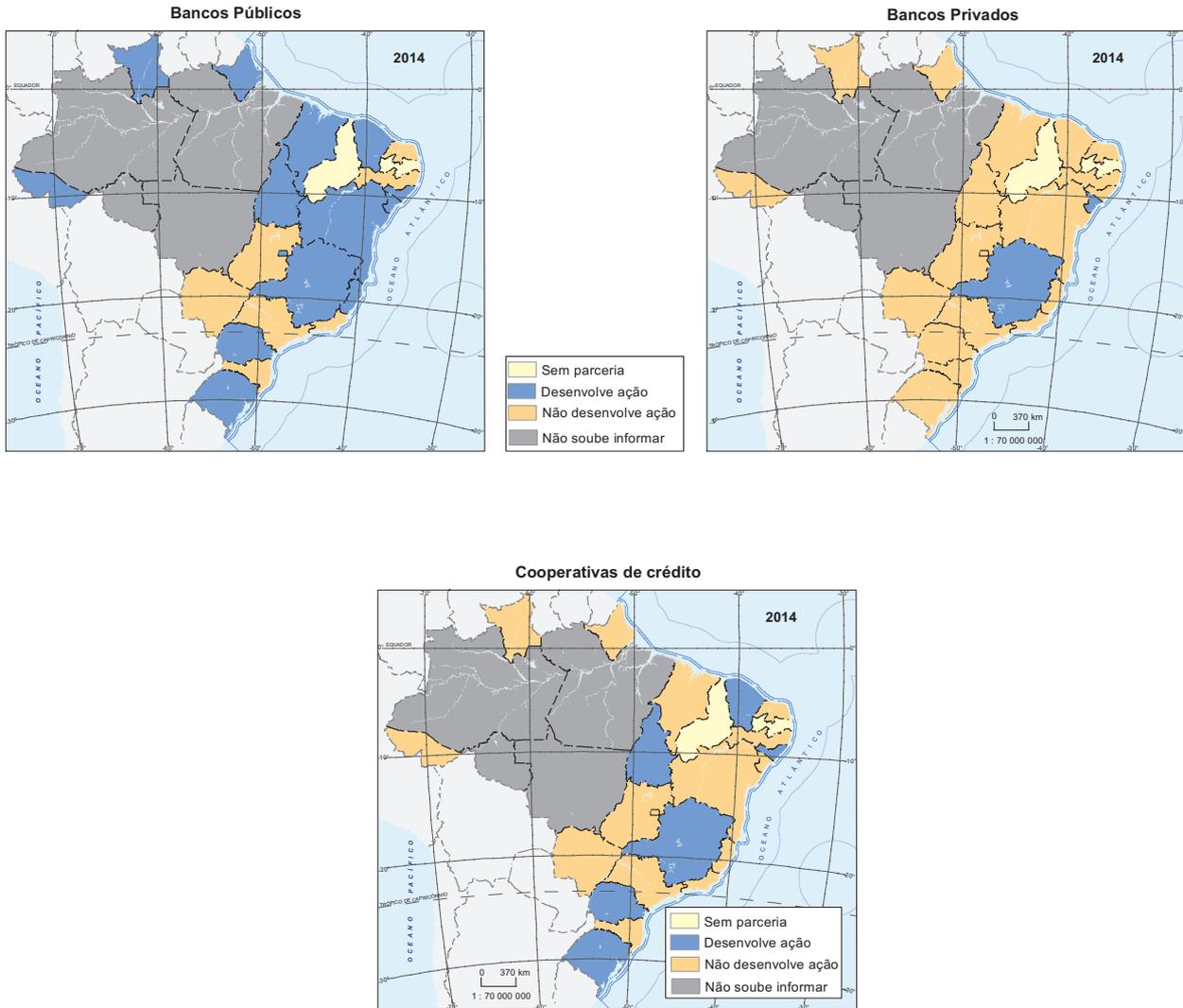
Em relação às instituições financeiras que operavam em parceria nas ações de promoção do acesso ao microcrédito produtivo orientado, os bancos públicos estavam presentes no maior número de unidades federativas (14).

**Tabela 7 - Quantidade de ações de crédito, microcrédito e seguro, por parceiro institucional, segundo as Unidades da Federação - 2014**

| Unidades da Federação | Quantidade de ações de crédito, microcrédito e seguro, por parceiro institucional |                  |   |          |   |                                      |                               |        |
|-----------------------|---|------------------|---|----------|---|--------------------------------------|-------------------------------|--------|
|                       | Governo Federal   | Governo Estadual | Organizações Não Governamentais e entidades do terceiro setor | Sistemas | Universidades e Institutos de ensino técnico e profissional | Entidades de classe de trabalhadores | Entidades de classe patronais | Outros |
| Rondônia              | -   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |
| Acre                  | -   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |
| Amazonas              | -   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |
| Roraima               | 1   | 1                | -   | 1        | -   | 1                                    | -                             | -      |
| Pará                  | -   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |
| Amapá                 | 2   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |
| Tocantins             | 2   | 2                | 2   | 2        | 2   | 1                                    | 1                             | 1      |
| Maranhão              | -   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | 1      |
| Piauí                 | -   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |
| Ceará                 | 1   | 1                | 1   | -        | -   | 1                                    | -                             | 1      |
| Rio Grande do Norte   | 2   | 2                | 1   | -        | -   | 2                                    | -                             | -      |
| Paraíba               | 1   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |
| Pernambuco            | -   | 2                | 2   | 2        | -   | 1                                    | -                             | -      |
| Alagoas               | 1   | 1                | -   | 2        | -   | -                                    | -                             | 1      |
| Sergipe               | 1   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |
| Bahia                 | 1   | 1                | 1   | 1        | 2   | -                                    | -                             | -      |
| Minas Gerais          | 1   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | 1      |
| Espírito Santo        | -   | 2                | 2   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |
| Rio de Janeiro        | 1   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |
| São Paulo             | -   | 2                | -   | -        | 1   | 1                                    | 1                             | 1      |
| Paraná                | 2   | 2                | 1   | 2        | -   | 1                                    | 1                             | 1      |
| Santa Catarina        | 1   | 1                | -   | 1        | 1   | -                                    | -                             | -      |
| Rio Grande do Sul     | 1   | 1                | 1   | 1        | 1   | -                                    | 1                             | 1      |
| Mato Grosso do Sul    | 3   | 2                | 1   | -        | -   | 1                                    | -                             | -      |
| Mato Grosso           | -   | -                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |
| Goiás                 | -   | -                | -   | 2        | -   | -                                    | -                             | -      |
| Distrito Federal      | -   | 2                | -   | -        | -   | -                                    | -                             | -      |

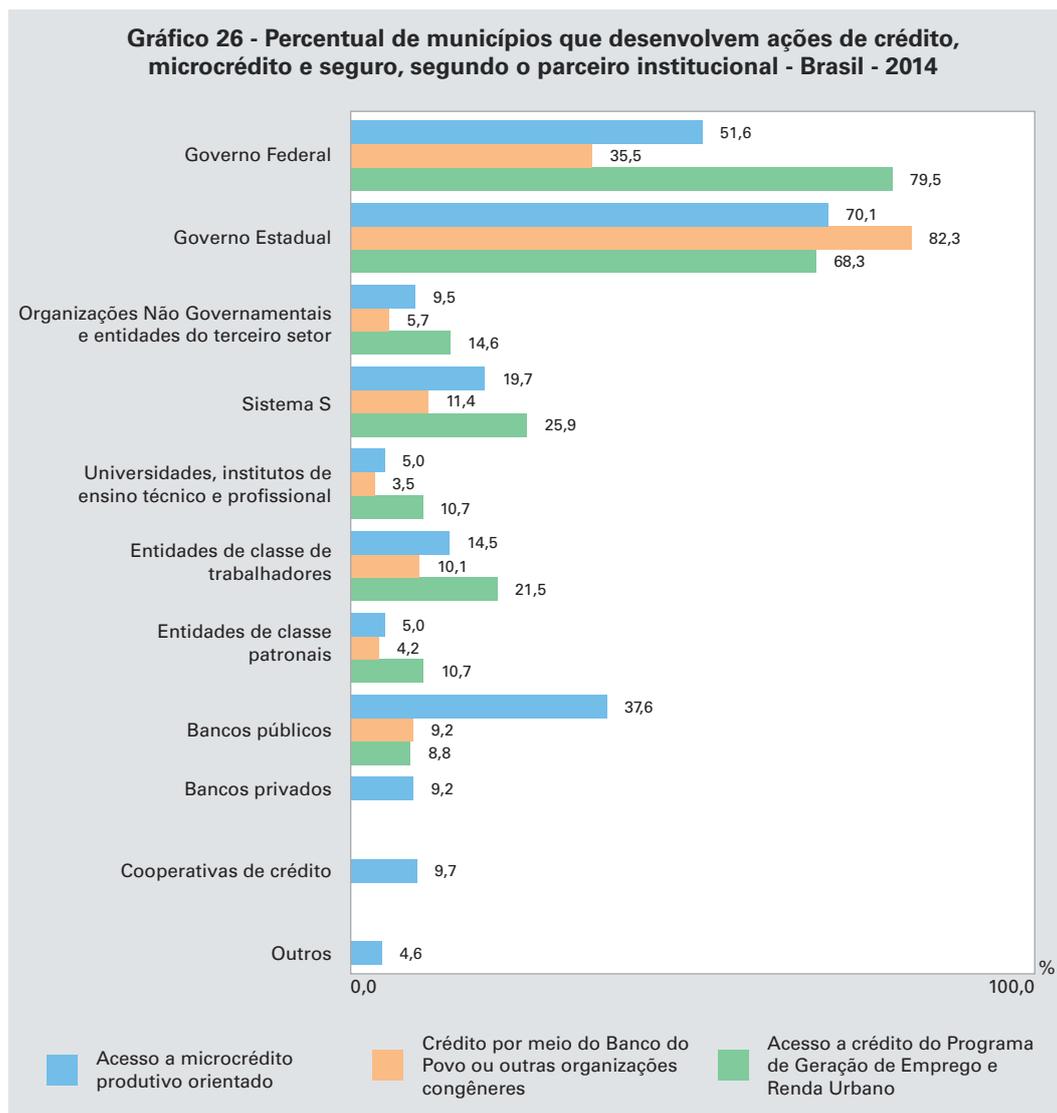
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

**Cartograma 5 - Unidades da Federação que desenvolveram ação de promoção ao acesso ao crédito, microcrédito e seguro em parceria com bancos privados, bancos públicos e cooperativas de crédito - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Em relação ao âmbito dos municípios, o governo estadual era responsável pela parceria na maior percentual de municípios com ações de acesso ao crédito por meio do Banco do Povo (82,3%) e na promoção do acesso ao microcrédito produtivo orientado (70,1%). As ações de acesso a crédito PROGER Urbano era objeto de parceria com o governo federal em 79,5% dos municípios e com o governo estadual, em 68,3%. Os bancos públicos eram responsáveis pelas ações de promoção de acesso ao microcrédito produtivo orientado em 37,6% dos municípios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

---

## Referências

BARROS, R.; MENDONÇA, R.; TSUKADA, R. *Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil*. Brasília, DF: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011. 11 p. (Chamada para debate: textos para discussão). Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Portas-de-erradicação-da-extrema-pobreza.pdf>>. Acesso em: jul. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, [2015]. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 131, n. 233, 8 dez. 1993. p. 18769, c. 1. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jul. 2015.

CASTRO, J. A. de et al. *Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. 21 p. (Texto para discussão, n. 1486). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1486.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1486.pdf)>. Acesso em: jul. 2015.

---

## Glossário

**ações de doação de sementes ou matrizes de pequenos animais** Ações para promover a estruturação da capacidade de produção e a inclusão produtiva das famílias de agricultores, por meio da disponibilização de sementes e mudas ou matrizes de pequenos animais, com identificação de cultivares adequados aos territórios atendidos e projetos produtivos, com atividades voltadas, principalmente, à criação de pequenos animais (porcos, aves, cabras e ovelhas).

**ações de fomento a atividades produtivas** Ações para oferecer condições efetivas para as famílias desenvolverem um projeto de estruturação produtiva, ampliando a produção de alimentos e gerando renda.

**assistência técnica e extensão rural** Serviço que tem como principal objetivo melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção e dos mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Consiste em visitas técnicas para identificar as necessidades e potencialidades de cada família.

**associativismo** Forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas. Os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado.

**banco do povo** Programa de geração de emprego e renda destinado a possibilitar o acesso ao crédito a pequenos empreendedores de baixa renda, que possuam habilidades e experiências de trabalho e que queiram iniciar ou ampliar seu próprio negócio.

**cooperativismo** Forma de organização por meio da união de pessoas, visando a atingir objetivos econômicos e sociais e conseguir benefícios para seus cooperados, a partir de uma gestão democrática e participativa. O principal objetivo de uma cooperativa é comercializar a produção dos seus membros, permitindo que os cooperados gerem renda e possa reinvestir parte desses benefícios para o bem comum do grupo. Assim, todos os membros das cooperativas são também donos delas.

**crédito rural** Conjunto de recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização, cujas regras, finalidades e condições são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural, como bancos e cooperativas de crédito.

**Crescer** Ver Programa Nacional de Microcrédito Crescer

**diagnóstico socioeconômico** Análise das características da sociedade que está sendo estudada, contemplando dados referentes à realidade local: educação, saúde, esporte, saneamento básico, mercado imobiliário, demografia e distribuição de renda. Para que o diagnóstico tenha mais eficácia, os números/estatísticas devem ser permanentemente atualizados, de modo a permitir que o formulador de políticas públicas disponha de informações recentes sobre a sociedade para que o planejamento seja feito adequadamente.

**economia solidária** Modo de realizar as atividades econômicas de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo, baseado na democracia e na cooperação, ou autogestão. Na economia solidária, não existe patrão nem empregados, pois todos os integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são, ao mesmo tempo, donos e trabalhadores.

**entidade de classe** Sociedade civil de empresas ou pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, constituída para prestar serviços aos seus associados. Toda entidade de classe tem, em comum, a gratuidade do exercício de cargos eletivos. São exemplos de entidades de classe, as confederações, as federações, as associações, os sindicatos, as cooperativas e as entidades profissionais, entre outras.

**entidade do terceiro setor** Entidade sem fins lucrativos, como organização não governamental (ONG) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O terceiro setor é composto quase que, em sua totalidade, de mão de obra voluntária, pessoas que trabalham e não recebem remuneração para isso.

**fomento à economia solidária** Estímulo à criação de empresas, cooperativas, grupos organizados e autogeridos de atividades econômicas, de valorização das pessoas e do trabalho, incentivando o sistema solidário de trabalho para geração de mais empregos.

**fomento ao empreendedorismo coletivo** Estímulo à interação entre agentes produtivos, tendo em vista a natureza coletiva da ação empreendedora, enquanto fenômeno social para manter e ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda.

**fomento ao empreendedorismo individual** Estímulo a empreendedores para geração de renda e emprego por meio de soluções que promovam a sua capacitação, crédito e serviços financeiros, apoio à comercialização de seus produtos e serviços e orientação empresarial.

**inclusão produtiva para a geração de trabalho e renda** Promoção de ações que possibilitem a inserção de indivíduos no mercado de trabalho, contribuindo para o processo de sua emancipação social, diminuindo a dependência de programas e benefícios dos governos federal, estadual e municipal, gerando trabalho e renda, e potencializando a arte e o saber/fazer local.

**inclusão produtiva rural** Fortalecimento das atividades realizadas pelas famílias extremamente pobres da agricultura familiar, aumentando a sua capacidade produtiva e a entrada de seus produtos nos mercados consumidores, por meio de orientação e acompanhamento técnico, e oferta de insumos e de água.

**inclusão produtiva urbana** Articulação de ações e programas que favorecem a inserção no mercado de trabalho, seja pelo acesso ao emprego formal (por meio de qualificação profissional e intermediação de mão de obra), seja pelo microempreendedorismo individual ou economia popular e solidária (apoiados em serviços de formalização, assistência técnico-gerencial e de fomento ao microcrédito produtivo orientado).

**incubação de empreendimentos** Atividade destinada a apoiar e assessorar novos empreendimentos ou fortalecer empreendimentos já criados, oferecendo qualificação e assistência técnica, bem como fortalecendo e viabilizando iniciativas econômicas associativas, que possibilitam a reinserção social.

**indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros povos e comunidades tradicionais** Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

**intermediação de mão de obra** Atividade que objetiva (re)colocar o trabalhador no mercado de trabalho, dispondo de informações acerca das exigências dos empregadores ao disponibilizarem suas vagas. Realiza o cruzamento da necessidade de preenchimento de um posto de trabalho com a de um trabalhador que procura por uma colocação no mercado de trabalho.

**microcrédito produtivo** Modalidade de financiamento direcionada a negócios de pequeno porte, tendo como objetivo viabilizar oportunidades de negócios em camadas sociais de menor renda. O microcrédito produtivo orientado consiste, fundamentalmente, em apoio ao desenvolvimento de microempreendimentos econômicos, tendo como características essenciais a intervenção da figura do agente de crédito, responsável pelas visitas *in loco* aos empreendedores; a avaliação do perfil socioeconômico do empreendimento e do empreendedor popular; e a análise do crédito solicitado, sua concessão, quando aprovada, e seu acompanhamento posterior.

**PAA** Ver Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

**PNAE** Ver Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

**população em situação de rua** Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

**povos e comunidades tradicionais** Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, e que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, a partir de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. São exemplos de povos e comunidades tradicionais, os ribeirinhos, os indígenas, e os quilombolas, entre outros.

**PROGER** Ver Programas de Geração de Emprego e Renda - PROGER

**Programa de Aquisição de Alimentos - PAA** Programa que visa promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pelas redes pública e filantrópica de ensino. O Programa também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Constitui uma das ações da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e da Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural** Ver seguro rural

**Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC** Programa que tem por objetivo expandir, interiorizar e democratizar a

oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no País, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. O Programa visa busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

**Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE** Programa que tem por objetivo contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros. O Programa compra alimentos da agricultura familiar para a formação de estoques, contribuindo para a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar.

**Programa Nacional de Microcrédito Crescer** Programa baseado em taxas de juros mais baixas, mais dinheiro disponível e menos burocracia para a tomada de crédito. O valor de cada operação de crédito, destinada a capital de giro ou investimento, pode chegar a R\$ 15 mil e deve estar vinculada a atividades produtivas e não a consumo. Coordenado pelo Ministério da Fazenda, o Programa pretende facilitar o acesso ao crédito orientado para que o público do Brasil Sem Miséria possa ampliar pequenos negócios, incentivando a formalização e a geração de trabalho e renda. As instituições públicas financeiras que participam do Programa são todos os bancos públicos.

**Programas de Geração de Emprego e Renda - PROGER** Conjunto de linhas de crédito disponíveis para interessados em investir no crescimento ou modernização de seu negócio ou obter recursos para o custeio de sua atividade. Enfatizam o apoio a setores intensivos em mão de obra e prioritários das políticas governamentais de desenvolvimento, além dos programas destinados a atender necessidades de investimento em setores específicos, objetivando aumentar a oferta de postos de trabalho e a geração e manutenção da renda do trabalhador. O Programa de Geração de Emprego e Renda Urbano financia projetos de investimento de associações e cooperativas urbanas e seus respectivos associados e cooperados, formados por micro e pequenas empresas.

**PRONATEC** Ver Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC

**qualificação profissional** Preparação do cidadão por meio de uma formação profissional que lhe permita aprimorar suas habilidades para executar funções específicas demandadas pelo mercado de trabalho.

**seguro rural** Seguro que visa proteger o produtor rural de riscos causados por adversidades climáticas. O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural oferece ao agricultor a oportunidade de segurar

sua produção, por meio de auxílio financeiro que reduz os custos de contratação do seguro.

**SINE** Ver Sistema Nacional de Emprego - SINE

**Sistema Nacional de Emprego - SINE** Órgão do governo federal, coordenado pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego, que tem por objetivos fazer a intermediação de mão de obra por meio de suas agências espalhadas por todo o País, controlar o pagamento do seguro-desemprego e apoiar o Programa de Geração de Emprego, Trabalho e Renda - PROGER.

**Sistema S** Nome pelo qual convencionou-se designar o conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Federal do Brasil, de 1988: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC; Serviço Social do Comércio - SESC; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Serviço Social da Indústria - SESI; Serviço Social de Transporte - SEST; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

---

# Equipe técnica

## **Diretoria de Pesquisas**

### **Coordenação de População e Indicadores Sociais**

Bárbara Cobo Soares

### **Gerente de Pesquisas e Estudos Federativos**

Antônio Carlos Alkmim dos Reis

### **Gerência do Projeto de Pesquisa de Informações Básicas Estaduais e Pesquisa de Informações Básicas Municipais**

Vânia Maria Pacheco

### **Planejamento e apuração do Questionário Básico**

Alberto Francisco Sineiro Dantas

Altino Ventura Neto

Marzulo Pagani Vivacqua

Sandra Maria Barreto

Vânia Maria Pacheco

### **Programação e execução do plano tabular**

Vânia Maria Pacheco

### **Elaboração dos textos analíticos**

Rosane Teixeira de Siqueira e Oliveira

Vânia Maria Pacheco

### **Revisão técnica dos textos**

Marzulo Pagani Vivacqua

## **Diretoria de Informática**

### **Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistema**

Claudio Mariano Fernandes

#### **Desenvolvimento de sistema e apuração dos resultados**

Solange Ferreira Pinto

Rosangela Koehler Pulcinelli

#### **Coordenação de Metodologia e Banco de Dados**

Cláudio Mariano Fernandes

#### **Gerência de Acesso a Banco de Dados**

Luiz Antonio Gauziski de Araújo Figueredo

José Masello

#### **Coordenação de Serviços de Informática**

Bruno Gonçalves Santos

Fernando Espírito Santo Cataldo

Geórgia de Souza Assumpção

Osmar Alves de Araújo

#### **Diretoria de Geociências**

##### **Coordenação de Geografia**

Claudio Stenner

##### **Gerência de Atlas**

Adma Hamam de Figueiredo

##### **Elaboração dos cartogramas**

Jorge Kleber Teixeira Silva

José Carlos Louzada Morelli

#### **Supervisores Estaduais da Pesquisa**

RO - Jurandir Soares da Silva

AC - Tiago Nogueira Marques

AM - Sandra Maria Torres de Brito

RR - Angela Patrícia Lima de Souza

PA - Paulo Sergio Borges

AP - Francisco Tome Teles de Menezes

TO - Raimundo Costa Barbosa

MA - Vito Assis Alencar dos Santos

PI - Wilma Barbosa de Sousa Leite

CE - Antônio Nogueira Amora

RN - Telma Maria Galvão de Azevedo

PB - José Pereira de Araújo

PE - Jose Osmundo do Rego Barros Filho

AL - Marla Barroso Franca

SE - Andir do Carmo Wanderley

BA - Aníbal Borges Britto

MG - Claudia Pinelli Magalhaes Carvalho

ES - Jairo Ramos de Souza

RJ - Marcos Serrão

SP - Marco Antônio Ornelas

PR - Mateus Ciskon Fonseca  
SC - Darcio Francisco Borges  
RS – Gladys Moura Guimaraes  
MS - Paulo Cezar Rodrigues Martins  
MT - Deajan David Montanha  
GO - Valperino Gomes de Oliveira Filho  
DF - Veronica Teixeira Magalhaes dos Santos

## **Projeto Editorial**

### **Centro de Documentação e Disseminação de Informações**

#### **Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

#### **Gerência de Editoração**

##### **Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Beth Fontoura

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

##### **Diagramação tabular e de gráficos**

Beth Fontoura

Luiz Frederico Arbex

##### **Diagramação textual**

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

##### **Programação visual da publicação**

Luiz Carlos Chagas Teixeira

##### **Produção de multimídia**

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

#### **Gerência de Documentação**

##### **Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva

Edgard de Albuquerque Sant'anna (Estagiário)

Elizabeth de Carvalho Faria

Lioara Mandoju

Maria Socorro da Silva Araújo

Nádia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

##### **Padronização de glossários**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Elaboração de quartas capas**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Gerência de Gráfica**

**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

**Gráfica Digital**

**Impressão**

Ednalva Maia do Monte